
011ª AUDIÊNCIA PÚBLICA 06DEZ2017

(Texto com revisão.)

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS (José Luís Espíndola Lopes): (19h20min) Senhoras e senhores, boa noite, passamos à leitura do Edital da Audiência Pública (Lê.): “Audiência Pública com o objetivo de debater sobre o PELO nº 009/17, que altera o *caput* do art. 101 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, dispondo sobre os Conselhos Municipais. O Presidente da Câmara Municipal de Porto Alegre, no uso de suas atribuições legais, convida a comunidade porto-alegrense para Audiência Pública a ocorrer no dia 6 de dezembro de 2017, às 19h, no Plenário Otávio Rocha, na Câmara Municipal de Porto Alegre, localizada na Av. Loureiro da Silva, nº 255, nesta Capital, com o objetivo de debater o tema acima referido. Gabinete da Presidência, 14 de novembro de 2017. Ver. Cassio Trogildo, Presidente”.

Convidamos para compor a Mesa desta Audiência Pública: a Ver.^a Sofia Cavedon, que presidirá a Audiência; o Sr. Carlos Siegle de Souza, Secretário Adjunto Municipal de Relações Institucionais e Articulação Política. Registramos as presenças dos Vereadores Marcelo Sgarbossa, Fernanda Melchionna; do Sr. Carlos Fernando Simões Filho, Coordenador Executivo de Políticas Públicas para Proteção de Crianças, Adolescentes e Idosos da Secretaria Municipal de Relações Institucionais e Articulação Política.

Com a palavra a Ver.^a Sofia Cavedon, Presidente desta Audiência Pública.

A SRA. SOFIA CAVEDON: Boa noite a todos e a todas. Quero cumprimentar a sociedade civil organizada, na figura inovadora do Fórum dos Conselhos Municipais que solicitou esta audiência. A Mesa Diretora da Câmara, Ver.^a Fernanda e Ver. Sgarbossa, a quem cumprimento, solicitou que eu presidisse esta audiência por indisponibilidade dos Vereadores e Vereadores que compõem a Mesa. Com muita honra, tentarei conduzir os trabalhos desta noite. Gostaria de cumprimentar o Sr. Carlos Siegle, Secretário Municipal das Relações Institucionais Adjunto, e solicitar que a assessoria nos passe, imediatamente, quem vai representar aqui os solicitantes da audiência. (Pausa.) A Mirtha, Presidente do Conselho de Saúde, e o Marcelo. Bem-vindos.

Este Projeto de Emenda à Lei Orgânica também nos surpreendeu no início do ano, um desempoderamento dos conselhos, que consideramos inapropriado, mas que fomos compreendendo durante o ano pelas manifestações claras do Prefeito Municipal, que diz claramente quem é que vai fazer as reformas na Cidade, atribuindo isso a uma elite econômica, a uma elite midiática e a uma elite política, e que diz que é uma irresponsabilidade delegar aos “joãos “ e “marias”. Então eu, com a liberdade que tenho, como mandato de Vereadora, e presidindo, é claro, pois presidirei com a isenção necessária, quero dizer que vocês aqui como conselhos da cidade de Porto Alegre, que representam os “joãos” e as “marias”, que reivindicam saúde, que reivindicam assistência social, educação, habitação, acessibilidade, enfim são todos e todas que falarão daqui a pouco e que são, para nós, os verdadeiros responsáveis, os que têm que ser empoderados e ter protagonismo nos destinos da sua cidade. Portanto, são muito bem-vindos nesta Audiência.

A audiência tem uma regra, é uma audiência pública da Câmara, nós teremos a fala dos proponentes, dos solicitantes da audiência, a fala da representação do Governo e as inscrições para manifestações já estão abertas, pelo estabelecimento legal são dez inscrições, então gostaria que vocês pudessem se organizar, representando os diferentes segmentos, combinar uma eventual divisão enquanto nós fazemos essa abertura entre os proponentes. As inscrições podem ser realizadas. Os Vereadores aqui presentes poderão falar no momento que requererem. Damos início com a Sra. Mirtha Rosa Zenker, Coordenadora do Fórum Municipal dos Conselhos da Cidade, e com o Sr. Marcelo Kunrath Silva, Professor do Departamento de Sociologia da UFRGS.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Deixa eu perguntar se não é possível o Governo falar primeiro para apresentar o projeto? Isso é uma questão de combinação. Não houve esse espaço na Câmara.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Há uma solicitação dos proponentes, que têm a prerrogativa de iniciar, já que foram os solicitantes da audiência, para que o Governo apresente o projeto antes das suas falas. O Secretário-Adjunto concordou, então nós passamos a palavra ao Nenê, ao Carlos Siegle de Souza para o seu tempo de dez minutos.

O SR. CARLOS SIEGLE DE SOUZA: Em primeiro lugar, eu gostaria de dar boa noite a todos, cumprimentar a Ver.^a Sofia Cavedon, Presidente desta Audiência Pública, o Ver. Marcelo Sgarbossa, a Ver.^a Fernanda Melchionna e os proponentes desta Audiência representando o Fórum Municipal dos Conselhos, a Mirtha e o Marcelo, e, na figura deles, cumprimentar todos os conselheiros e conselheiras presentes na noite de hoje.

Gostaria de agradecer a oportunidade para que possamos então instar o diálogo sobre essa pauta entre tantas pautas que nós temos aqui protocoladas na Câmara de Vereadores, e dizer que o Governo tem, desde o início, procurado estabelecer nesta Casa, na Câmara de Vereadores, um local para que se possa fazer os debates sobre as propostas que estão apresentadas pelo Executivo. Claro que isso é um tanto diferente dos formatos que a Cidade estava habituada até então, normalmente, eu lembro disso, tenho acompanhado os governos anteriores, se faziam debates e construções de propostas lá no Executivo e, após esse período, elas eram encaminhadas à Câmara de Vereadores. Bem, por opção do Executivo, nós temos, este ano, tido a prática de construir dentro do Governo opiniões, propostas, sugestões, formulá-las e enviá-las a esta Casa para que aqui o debate com a sociedade possa ser executado. Essa legislação, assim como tantas outras, tem esse espírito, nós conhecemos, e eu não preciso aqui me estender, a importância que Porto Alegre tem para o Brasil e para o mundo na sua prática histórica de democracia direta através dos 29 conselhos municipais que existem, através do Orçamento Participativo, do processo de audiências públicas e de tantas outras iniciativas de democracia e participação social que a Cidade desenvolveu ao longo da sua história. Esse é um patrimônio da Cidade, não é um legado que este ou aquele governo possa colocar em xeque, tanto pelas suas legislações estabelecidas aqui na Câmara de Vereadores – quero cumprimentar o Ver. Ferronato que também se faz presente –, e, na minha opinião, muito mais importante pela cultura democrática da Cidade, pelo engajamento social das entidades e dos cidadãos e cidadãs de Porto Alegre, e pela forte reação que certamente qualquer restrição nos instrumentos de participação direta da população, de participação direta ou participando de democracia representativa, como os conselhos e o próprio Orçamento Participativo acabam mesclando os dois formatos, não há qualquer possibilidade de que se possa cercear ou reduzir esses instrumentos de participação sem que se tenha um forte debate com a cidade de Porto Alegre. Como eu

disse no início, vou reiterar por conta da chegada do Ver. Ferronato, este Governo tomou como prática fazer esses debates, abrir esses debates a partir da entrega de propostas legislativas a esta Casa e aqui delegar a esta Casa a possibilidade, então, do aprofundamento, do ajuste, da adaptação das propostas apresentadas. No caso específico, nós temos realmente algumas dificuldades nas legislações municipais existentes sobre os conselhos em relação à legislação federal. Nós acompanhamos, e Porto Alegre recorrentemente é chamada nacionalmente para discutir instrumentos, ferramentas de participação, novas legislações, e casualmente essa última lei que está em vigor – também quero cumprimentar o Ver. Cláudio Janta, que se faz presente nesta Audiência –, a legislação federal vigente, foi discutida, se eu não me engano, em 2011, 2012, e eu tive a oportunidade de participar de alguns momentos desses debates lá em Brasília, e nós temos, na realidade brasileira, uma diferença muito grande em relação aos instrumentos de participação sociais que temos na cidade de Porto Alegre. Nós tínhamos no Brasil, até a legislação que hoje está vigente, inúmeros conselhos municipais espalhados pelo País, nos quais a composição era majoritariamente governamental, e, embora os conselhos, por natureza, sejam instrumentos de fiscalização do Executivo, a participação da sociedade civil era minoritária. Como Porto Alegre foi convidada para discutir isso em Brasília, nós apresentamos aqui a realidade porto-alegrense: a nossa legislação estabelece que a composição dos conselhos aqui tenham que ser de dois terços da sociedade civil e um terço governamental, como regra geral da lei dos conselhos municipais. Acontece que no debate nacional, para tentar criar uma regra que pudesse servir para todos os Municípios do País, resolveu se estabelecer a composição dos conselhos como paritária, e isso está na nossa legislação federal, hoje. Estou dando um exemplo aqui de várias determinações das legislações tanto da lei federal sobre os conselhos e a participação cidadã, como de leis específicas para alguns conselhos de políticas públicas, como o conselho de educação, o conselho de saúde, o conselho de assistência – os que têm um regramento e um protagonismo maior dos conselhos nacionais e dos seus respectivos Ministérios. O espírito do projeto que está aqui para discussão na Câmara é de que possamos, minimamente, adaptar a nossa legislação no que for absolutamente fundamental e imprescindível juridicamente ao regramento nacional em alguns conselhos específicos. Isso não serve para os 20 conselhos, tampouco para um conselho específico; só caso a caso, e em cada um dos conselhos é

preciso que se faça esse debate. Temos um outro caso também em que há a necessidade de adaptação dos conselhos: a partir da reforma administrativa, o número de secretarias municipais acabou reduzindo de 39 órgãos para 15. Isso faz com que algumas secretarias possam ter 4, 5, cadeiras num conselho municipal. É preciso que a gente faça uma adaptação nessa composição, que geralmente é mais simples de ser feita, mas é preciso que se faça também.

Entende-se, do que eu gostaria de dizer, que existe o compromisso do Governo de que os órgãos de participação popular possam ser fortalecidos na Cidade e que possamos ter essa interlocução e o controle social através dos conselhos e das instâncias de participação de Porto Alegre, para que a Cidade siga sendo o exemplo e referência, do ponto de vista da participação cidadã. Nós precisamos fazer o debate, contrapor as visões do que seria o ideal das estruturas de conselhos para que isso possa funcionar, e é claro que não vamos ter acordo em absolutamente tudo. É preciso que se faça a discussão, e nós, a partir disso, teremos que enviar, a partir da discussão desse projeto e da sua análise pela Câmara de Vereadores, a esta Casa as leis de cada um dos conselhos para adaptação; mesmo que se defina, após o debate, que a única adaptação que vai acontecer é o ajuste das cadeiras governamentais à nova reforma administrativa – pode ser esse o fruto do nosso debate, e estamos fazendo –, mas é preciso que se faça a partir da análise dessa proposta de emenda da Lei Orgânica. Somente a partir dela que poderemos avançar, conselho a conselho, no ajuste das legislações. Seria isso e não vou me estender, para que possamos ouvir os conselhos, os proponentes e entender quais são as dúvidas, efetivamente, que são postas, e aí enfrentá-las uma a uma de forma tranquila, democrática e com o espírito de procurar o que é o melhor para a cidade de Porto Alegre, melhor para o controle social e o que vai trazer mais benefício para a nossa população. Obrigado pela oportunidade.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Secretário. Registro também a presença dos Vereadores Cláudio Janta, Aírto Ferronato, e também do assessor Nelson, do Ver. Aldacir Oliboni. O Sr. Marcelo Kunrath, representante do conselho, está com a palavra.

O SR. MARCELO KUNRATH SILVA: Boa noite a todos e a todas. Sou professor do Departamento de Sociologia da UFRGS, e gostaria de agradecer, inicialmente, o convite para participar deste debate. Acho que o momento em que vivemos na sociedade brasileira é extremamente grave. Acho que a democracia brasileira demanda uma mobilização social para que, de fato, a gente defenda a democracia que duramente conquistamos, e me parece que hoje nós temos diversos ataques, em diferentes níveis, às várias formas de produção da cidadania no Brasil, e não apenas aos conselhos. São vários ataques em várias áreas, em vários campos. E nesse sentido, acho que o debate tem dois lados. Tem um conjunto de questões técnicas que precisamos ver, só que acho que tem um debate político de fundo sobre concepção de democracia e concepção de cidadania que embasa diferentes propostas de como a gestão pública deve se relacionar com o cidadão, com a sociedade civil, com a participação social. Queria trazer essa fala inicial para esse debate. Eu vim pesquisando aquilo que hoje se chama de instituições participativas, conselhos gestores, conselhos de políticas públicas, conferências, orçamentos, desde os anos 90. É uma responsabilidade falar sobre esse tema em Porto Alegre, porque é só olhar para esta sala: a gente tem aqui os “seus joãos” e as “donas marias” que sabem muito mais disso do que eu, que sabem muito mais de políticas públicas, que sabem muito mais do funcionamento do Estado, que sabem muito mais sobre mecanismos participativos do que eu pude aprender ao longo da minha vida. Então, é uma responsabilidade perante essa sociedade, que é reconhecida mundialmente como uma Cidade que desenvolve experiências efetivas de participação social, porque falar de participação social é fácil, mas implementar, torná-la efetiva é difícil. A minha fala vai se dirigir mais para esse debate das concepções que sustentam e que estão em perigo hoje em termos das instituições participativas que foram construídas no Brasil. O que a gente tem que pensar nessa discussão é que a participação social – e, a partir dela, o estabelecimento de instituições que permitissem a participação da sociedade – foi um elemento constitutivo da redemocratização brasileira. Diferente de outros países, a redemocratização não foi só a retomada dos mecanismos tradicionais da democracia representativa, importantes, mas limitados – ou seja, a organização partidária, a realização de eleições periódicas –, aqui no Brasil, através da luta, da pressão social, introduziram-se várias formas de participação e de representação da sociedade para, de fato, avançar do ponto de vista de uma democratização. E por que isso foi importante no

debate dos anos 80, quando o Brasil lutava para sair da ditadura e redemocratizar? Porque se via que a participação social era um instrumento de qualificação da ação do Estado, ou seja, através da sociedade se poderia produzir um tipo de ação estatal mais qualificada. A participação social é o instrumento fundamental para o controle das instituições, tanto do ponto de vista da sua eficácia quando do ponto de vista da sua democracia. A participação social era importante para respeitar a diversidade de saberes e interesses que existem e que devem ter o direito de se expressar em qualquer sociedade democrática. Ou seja, isso num País desigual como o Brasil, num País no qual a imensa maioria da população está excluída dos processos de decisão, está excluída da influência política, é algo fundamental. A participação social era vista como um canal para aumentar a eficácia do Estado a partir da mobilização da própria sociedade – aquilo que chamam de capital social. O envolvimento social ajudaria, contribuiria para a eficácia estatal. Também a participação é um instrumento pedagógico, de construção de uma preocupação com o público, de construção de uma cultura de cidadania numa sociedade tradicionalmente marcada por uma cultura de autoritarismo, por uma cultura de exclusão. Essa não era a proposta de um partido, o que parece hoje, quando a gente vê a discussão que reduz a questão da participação a um partido ou a um pequeno grupo de partidos. Se a gente for pensar, as primeiras propostas, as primeiras experiências concretas de participação social foram produzidas pelo PMDB. Bernardo de Souza, em Pelotas, instituiu, no início dos anos 80, as primeiras experiências de envolvimento, aqui no Rio Grande do Sul, da população com participação. O governo do Estado de São Paulo, do Franco Montoro, instituiu o primeiro conselho de participação da comunidade negra, que depois foi a base dos mecanismos de participação na luta contra à discriminação racial. O conselho dos direitos da mulher foi instituído no governo Sarney, no Governo Federal. Se pensarmos no PDT, o governo Collares, que tinha como seu lema “povo no governo”, trouxe a proposta dos conselhos populares, na verdade, depois, conselhos de políticas públicas, e houve um grande debate sobre isso. O Collares, no Governo Estadual, instituiu os Coredes, ou seja, a participação não é de um partido. O PSDB, no Governo Fernando Henrique, quando o Bresser Pereira propôs a reforma do Estado, um dos mecanismos importantes da reforma do Estado do Fernando Henrique era o de participação da sociedade, de envolvimento da sociedade nas políticas públicas. Então, essa associação que tenta se fazer da participação como propriedade de um

partido... Obviamente o Partido dos Trabalhadores teve uma importância significativa do ponto de vista do desenvolvimento, da inovação institucional em termos de participação, mas, na verdade, a democracia participativa é uma proposta das forças que lutaram para a redemocratização do Brasil, em diferentes visões, diferentes concepções, mas é uma proposta de um longo campo político que lutou pela democratização deste País. Hoje, neste debate político desqualificado e baseado em falsidades que reina no País, dizer “participação é uma coisa do PT e, se você não gosta do PT, você não deve gostar de participação”, é uma monstruosidade do ponto de vista político e uma falsidade do ponto de vista da história do Brasil, do ponto de vista de como a história da participação foi construída e conquistada.

A participação não é só uma intencionalidade, a participação no Brasil é lei, ou seja, a Constituição Brasileira, no seu art. 1º, que define que todo poder emana do povo por meio de representantes eleitos ou diretamente, colocou e sustentou a participação como uma diretriz do funcionamento do Estado brasileiro. A Lei Orgânica de Porto Alegre reproduz a mesma formação: todo o poder emana do povo, exercido por seus representantes ou diretamente. Se a gente for pegar a Lei Orgânica da Saúde, a Lei Orgânica da Assistência Social, todas elas consubstanciam, nas suas normativas, a participação social como um princípio estruturante do sistema de política pública.

Isso fez com que o Brasil produzisse, a partir da década de 1990, no Governo Fernando Henrique, e aprofundado no Governo Lula, uma difusão de discussões participativas que produziram (Ininteligível.) institucionais mais complexas do mundo em termos de participação social. São poucos países no mundo – se é que há algum – que instituíram tantos canais de participação social, que hoje cobrem praticamente todas as políticas públicas, todas as áreas de serviços, do nível local ao federal, e, a partir do ano 2000, em função da internet, se complexificaram ainda mais com formas de participação mediadas pela tecnologia, que também passam a ser instituídas e também passam a ser incorporadas à gestão pública no Brasil.

Instituições participativas, como todos os trabalhos têm demonstrado, desde dos anos 1980, passando pelos anos 1990, dependem fortemente dos governos, dependem fortemente dos gestores. Essa dependência é política e é material, ou seja, são instituições que não têm estrutura própria, a sua estrutura é dada pela gestão, é dada pelo Governo, e produzem resultados e melhorias que só são efetivados na medida em

que o gestor reconhece a legitimidade e a legalidade das decisões dos espaços de participação e os implementa. Ou seja, na história do Brasil, dos últimos 30 anos, nós temos gestores que simplesmente desconhecem a legalidade das instituições participativas, desconhecem ou descumpriam a própria lei, e não implementaram deliberações, decisões, enfim, das instâncias de participação. Então, na verdade, o esvaziamento das instituições participativas pode se produzir a partir de uma confrontação do gestor com os espaços de participação ou ele pode simplesmente se produzir pela inação do gestor quando ele retira as possibilidades materiais e políticas dos espaços para as instituições funcionarem, ou seja, ao não nomear representantes o gestor bloqueia o funcionamento dos espaços de participação; ao não oferecer assessoria técnica, o gestor bloqueia o funcionamento dos espaços de participação; ao não viabilizar que os participantes possam participar, o gestor pode bloquear os espaços de participação.

Para finalizar, eu queria retomar o que eu falei no início, sobre a necessidade de pensar quais seriam as concepções de participação que estão em jogo neste momento. O ideal de participação, como eu falei, está fundamentado na crença de uma cidadania ativa, que reconhece não só o direito, mas a capacidade do cidadão de participar, ou seja, a ideia de que o cidadão é dotado da capacidade de participar das discussões e decisões políticas que o afetam. Então, esse é o modelo de cidadania e democracia que está em jogo hoje. Quando o Prefeito afirma publicamente, num evento público, que não será ninguém mais do que a elite da comunicação, a elite empresarial e a elite política que farão as reformas necessárias, e que delegar isso ao “seu João”, e à “dona Maria” é uma irresponsabilidade, ele está defendendo publicamente, o que é um direito seu, uma concepção de cidadania e uma concepção de democracia que vai totalmente contra todo esse ideário participacionista que foi instituído no Brasil nos últimos 30 anos por um amplo leque de forças políticas que defenderam a redemocratização. Ou seja, aqui é a defesa de um modelo de democracia no qual o cidadão, no máximo – porque até isso está em jogo –, pode eleger o governante, ele não é visto como competente para participar de mais nada. Esse modelo elitista de democracia e de uma cidadania que está limitada a essa participação eleitoral está em choque direto com o modelo de democracia e cidadania instituído no Brasil nos últimos 30 anos. É isso que está em jogo hoje. E o perigo da visão elitista é: se só alguns têm competência política, se só alguns têm competência para

participar das decisões governamentais, quem define quem é competente para participar das decisões governamentais? Quem vai arbitrar quem são os cidadãos capacitados e os cidadãos inabilitados? Em geral, é quem está no governo que acaba decidindo, ou seja: “quem concorda comigo, está habilitado e é competente, e, quem discorda de mim, é incompetente e desqualificado”. Aí, o direito a divergir, o direito à diversidade, à pressão de posições contrárias, é atacado, e isso – o bloqueio à divergência, o bloqueio à discussão política, o bloqueio ao conflito que é a essência da democracia – é a raiz dos governos autoritários de direita e de esquerda do mundo inteiro. Quando, recentemente, os Parlamentares desta Casa foram ofendidos por divergirem do Prefeito, isso significou que o direito à divergência, o direito à diversidade, o direito a ter uma opinião e uma posição distintas de quem está no governo está em jogo, e daqui a pouco esse direito não vai ser excluído apenas dos conselhos, mas poderá ser, sim, muito em breve, questionado se Vereadores vão ter direito e competência para participar das decisões políticas, se eles vão poder, efetivamente, ser sujeitos que pretendem representar a voz da sociedade.

Então, na verdade, acho que está em jogo aqui a democracia que a gente está construindo o futuro. Ou seja, eu acho que a defesa da democracia e a discussão sobre essa democracia são um convite para esta audiência pública discutir e assumir a responsabilidade social de uma cidade que é reconhecida como uma das capitais mundiais – ou que foi um dia – da democracia participativa. Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A Sra. Mirtha da Rosa Zenker está com a palavra.

A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER: Boa noite a todos, Ver. Cláudio Janta, Ver. Airto Ferronato, Ver.^a Sofia Cavedon, Ver. Marcelo Sgarbossa, Ver.^a Fernanda Melchionna, Sr. Carlos Nenê, representante do gestor. Eu estou aqui como Coordenadora do Fórum dos Conselhos Municipais da Cidade, e nós fomos os proponentes desta Audiência Pública. Esta será uma narrativa, uma citação do histórico dos conselhos municipais do Município de Porto Alegre. Dentro da estrutura, na década de 1930, já estavam sendo relatados os conselhos municipais, há uma lei complementar em 1992, os primeiros conselhos municipais foram do contribuinte, do Plano Diretor, dos serviços públicos. Na década de

1980, havia 8 conselhos constituídos; na década de 1990, já foram implantados, então, os 29 existentes na lei. Em 2009, então, foi constituído o Fórum dos Conselhos, com o objetivo de criar uma instância com competência para encaminhar ao Executivo propostas de políticas públicas elaboradas conjuntamente pelos conselhos municipais, e esse conteúdo já tinha abrangência transversal. O Fórum dos Conselhos foi constituído para ter esse espaço, para ter protagonismo de todos dentro dos conselhos municipais. Em 2009 foi criado o Fórum; em 2011 houve a regulamentação; em 2014 foi inaugurada a Casa dos Conselhos, que hoje não tem nenhum conselho municipal realizando reuniões lá dentro, e quando solicitamos, nós não conseguimos realizar, e também nós questionamos...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER: Na última vez em que nós tentamos, tinha agenda da Secretaria do Executivo, na Casa dos Conselhos. Nós questionamos também a acessibilidade, porque o elevador que dá acesso ao segundo andar normalmente está estragado. Então, nós também questionamos esse acesso. Em 2017, este ano, tomamos protagonismo, porque quem chamava as reuniões era o Gabinete do Prefeito, então nós, enquanto Fórum Municipal dos Conselho da Cidade, tomamos o protagonismo e fizemos, então, a eleição do Fórum, na qual eu fui eleita. Entre agosto e dezembro de 2017 foram realizadas dez reuniões – mostro fotos das reuniões. Fizemos algumas ações, dentre elas a solicitação de parecer do advogado do Conselho Estadual de Saúde e do Conselho Municipal de Assistência Social sobre a Emenda à Lei Orgânica nº 009/2017, que altera o *caput* do art. 101, que se refere aos conselhos municipais. Foi feito um levantamento da estrutura, a gente solicitou para os conselhos municipais elencar quais foram as necessidades de 2017, nós criamos um meio de comunicação tanto por WhatsApp como por *e-mail*, entre os conselhos participantes, e também teve a discussão da emenda. Nós recebemos, com muita preocupação essa proposta da emenda, que altera o art. 202, que se refere – isso que está descrito, é bom estarmos cientes do que está em risco – às atribuições dos conselhos municipais. O que está em risco? O artigo 101 diz (Lê.): “Os Conselhos Municipais são órgãos de participação direta da comunidade [são os “joãos” e “marias”, eles que têm o protagonismo] na Administração Pública e têm por finalidade

pág. 11

propor, fiscalizar e deliberar, no que couber, matérias referentes a setores da Administração, nos termos da lei”. Esta é a proposta que foi encaminhada; foi retirado, por lei complementar e colocaram este item: “no que couber”. Isso é um risco, porque qualquer maioria simples de Vereadores dentro da Câmara pode alterar a lei dentro dos conselhos municipais. Os pareceres foram encaminhados, e eles falam que não exige maioria absoluta e sim quórum simples para aprovação ou alteração das leis que tratam acerca dos conselhos de direitos, prejudicando, dessa forma, a manutenção do interesse público. A expressão “no que couber” possibilita ao Executivo definir autoritariamente as competências dos conselhos. No que tange ao Conselho de Saúde, suas prerrogativas são garantidas pela lei federal, assim como da Assistência Social – nós temos, então, embasamento da lei federal. Cabe aos conselhos de direitos fiscalizar e monitorar quaisquer atos administrativos que tenham como objetivo restringir direito da população ou dificultar o pleno e regular funcionamento de instâncias de controle social.

Foi elaborada essa carta aberta que todos receberam na entrada, foi entregue a todos os Vereadores, solicitando a retirada imediata do Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 009/17, que está em tramitação na Câmara Municipal. Também estivemos no Ministério Público Estadual em 4 de setembro. Foi entregue pelo Procurador Marcelo Dornelles para o Vice-Prefeito Paim a nossa carta, e o ofício descrevendo algumas irregularidades que estavam acontecendo em alguns conselhos municipais, porque com outros a gente não conseguiu ter contato. Os conselhos estão todos articulados, mas muitos a gente não conseguiu ter pessoa de referência para ter contato.

Apareceu a reportagem no jornal Correio do Povo. O Prefeito também apareceu no RS Urgente, falando da nossa carta aberta. Houve a nossa visita aos Vereadores com a entrega da carta aberta. A gente fez uma tribuna livre para entregar essa carta aberta e para alertar os Vereadores para o que está em risco com essa alteração da Lei Orgânica. A gente solicitou, então, a abertura de uma frente parlamentar em defesa dos conselhos municipais, entregue ao nosso Ver. Aírto Ferronato, e solicitamos reunião com o Vice-Prefeito. Então, nas primeiras reuniões, em agosto, já tinha solicitação de reunião com o Vice-Prefeito, e, até hoje, não fomos recebidos por ele.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER: Desde agosto não fomos recebidos. A solicitação do uso da casa dos conselhos e a audiência, então, na data de hoje. Então, só para poder levar para discussão: o que Carlos citou, sobre a forma paritária dos conselhos municipais, nós queremos sim! Só que a composição é de 50% de usuário, é dos “joãos” e “marias”; 25% dos trabalhadores e 25% dos prestadores e da gestão. Esta é a forma paritária que os conselhos municipais devem se constituir: 50% de “joãos” e “marias”. (Palmas.)

Prezados e caríssimos “joãos” e “marias”, nós precisamos ter a unidade e a fortificação, porque nós precisamos fazer com que, no dia a dia, a nossa Constituição e a Lei nº 8.080 seja regradada; o nosso direito à saúde, educação e tudo que couber ao cidadão brasileiro, é isso que nós exigimos. Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Vamos ao debate com o plenário, Vereadores e Vereadoras. Como é nas audiências, vamos dar cinco minutos para todos, eu aviso quando chegar a quatro. O Ver. Airto Ferronato está com a palavra.

O SR. AIRTO FERRONATO: Em primeiro lugar um abraço a todos. Eu tinha dito à Mirtha, na semana passada, que eu tenho, hoje à noite, uma outra reunião que começou às 18h30min, mas eu não poderia deixar de estar aqui. Quero dizer que sou Vereador desde 1989, e quero registrar a brilhante exposição que o nosso querido Marcelo fez sobre a questão da participação popular em Porto Alegre; desde 1989 estou aqui, faz quase 30 anos, e toda a vez que se promovem reuniões na Câmara, no Executivo ou fora da Câmara, nas comunidades, quando as reuniões são do movimento popular, a Casa está sempre cheia. Eu vim de uma outra reunião que tinha aproximadamente 15 pessoas; isso, por si só, expressa e nos ensina que o movimento de participação popular em Porto Alegre é altamente organizado, participativo, ativo e mostra para o mundo o que é Porto Alegre com relação à participação popular. Lá em 1989, nós começamos a tratar – em 1990 se instituiu – o Orçamento Participativo, quem é daquele tempo sabe que eu fui o primeiro Vereador de Porto Alegre a defender o Orçamento Participativo, e quem se lembra disso, lembra quando os Vereadores, à época, diziam que a participação do OP tiraria poderes os deles, aquilo foi uma confusão total. Eu sempre defendi a ideia de que exatamente a participação popular traria poderes para a própria Câmara, porque haveria

uma discussão maior na sociedade, lá nas comunidades, e a partir disso trazia para cá. O Fórum Social Mundial aconteceu porque Porto Alegre foi o grande indutor disso, e se trouxe para cá; a partir disso, se criou uma série de outras instâncias, e a nossa organização dos conselhos municipais também é, principalmente, exemplo para o País, serviu de modelo para o País e para o mundo, e é por isso que nós precisamos olhar com um carinho todo especial esse modelo que aqui se instalou.

Eu concordo contigo, Marcelo, na íntegra: o Congresso Nacional está – e vou falar muito rápido, sei que tem muita gente, mas só para concluir – se endireitando, está indo para um lado muito complicado e toda a decisão, maioria das decisões que se toma lá é tomada para retirar poderes da participação popular no nosso País, essencialmente nos Municípios. Portanto, eu quero dizer isto aqui, trazendo um abraço e informando que o requerimento da nossa frente parlamentar está em regime de urgência, e nós deveremos votar, minha querida Sofia, meus Vereadores, ele é o oitavo da nossa lista de prioridades, vamos ver se na semana que vem se vota. Um abraço a todos e obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Ver. Airto Ferronato. Estamos juntos para a votação! A Sra. Tania Faillace está com a palavra.

A SRA. TANIA JAMARDO FAILLACE: Eu sou jornalista aposentada, sou escritora, tenho 78 anos de idade e sou militante por aí há mais de 50! Acompanhamos todas as alterações que se vê que houve neste País, neste Estado e neste Município; acompanhamos, lutamos, estivemos em várias frentes contra o regime autoritário de 1964, a gente enfrentou poucas e boas, mas sempre no sentido de que a democracia só se garante com participação popular, quer dizer, o governo do povo, pelo povo e para o povo! A (Ininteligível.) não pode ser esse governo direto, porque é pouco prático, muita gente para organizar, mas o representante deve se lembrar sempre de que ele não passa de um representante, ele é o porta-voz da vontade popular, então deve ser orgânica essa missão. O que a gente está vendo hoje, depois do golpe de 2016, um golpe que foi feito inclusive por influências externas, porque há o projeto da neocolonização da América Latina, porque estão sendo implementadas retiradas de direitos dos trabalhadores e da população civil em mais de um país, até na França e nos Estados Unidos, é um projeto de uma direitização internacional que vai deixar a (Ininteligível.) no chinelo, porque o negócio

é muito mais ambicioso e muito mais perigoso. Eu acho que a única forma que a gente tem de se defender da tirania que está sempre nos ameaçando por parte do poder econômico, do poder militar e sabe-se lá que outros poderes é a formação, a educação política do povo e sua organização permanente para defender os seus próprios direitos e o direito da sociedade em geral. Eu acho que a participação é fundamental, ela foi instituída em Porto Alegre, se tornou uma tradição durante a Administração Popular. Eu sei que vocês se lembram ainda da Administração Popular! Houve vários avanços em Porto Alegre que foram retirados nos últimos dez anos, acho que é bom também avivar a memória, porque nós temos uma mídia completamente comprometida com seus patrocinadores, etc. e tal. Eu lamento muito ter que dizer para o Prefeito Marchezan – que é muito jovem, é inexperiente, subiu um pouco para a cabeça: “que maravilha, eu faço, eu resolvo!” – que nós não estamos mais em regime (Ininteligível.), nós estamos num regime republicano e nós temos que nos comprometer com isso! (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Tania. O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Pessoal, a participação popular gera frutos como a fala da Tania, que a gente poderia fazer um grupo de estudos aqui para estudar a densidade e a qualidade da fala da Tania e de tantos outros que podem falar, fruto dessa participação popular, que vai gerando, como o Professor Marcelo falou, um capital social – não é um capital de dinheiro, mas um capital de conhecimento, de acúmulo, fruto da participação das pessoas. Talvez a gente não se dê conta disso, eu mesmo não me dava tanto conta disso, até um certo dia. O Ver. Airto Ferronato aqui lembrou desde quando ele é Vereador, eu sou Vereador há menos tem, Ver. Janta, e decidi fazer um mestrado na Itália. Mandei meu currículo para várias universidades, e uma delas me aceitou – até achei incrível que me aceitasse, eu não tinha um currículo tão bom assim, eu só sabia falar italiano. Quando eu cheguei na Universidade de Turim, o professor Luigi Bobbio, que faleceu há dois meses, filho do Norberto Bobbio, me disse: “Marcelo, prazer, prepara uma aula sobre participação popular em Porto Alegre”. Eu entendi que só fui selecionado nesse mestrado em análise de políticas públicas porque eu era de Porto Alegre. Depois, eu fui a um evento na Universidade de Turim sobre participação popular, com um

palestrante italiano. Quando ele terminou a palestra e abriu para perguntas, eu levantei o dedo e fiz uma. Eu achei que ele estava exaltando demais o OP – fiz críticas ao OP, inclusive. Eu falei “eu sou o Marcelo, de Porto Alegre” e fiz uma pergunta; quando terminou a palestra, tinham cinquenta pessoas para falar comigo e duas para falar com ele. Eu estou dando esses exemplos pessoais porque, às vezes, a gente não se dá conta, mas, no olhar de fora, Porto Alegre continua sendo referência em participação.

Eu acho que o que a Tania colocou aqui é muito importante, porque tem dois conceitos muito claros: o conceito da representação, Tania, que você colocou bem, nós somos representantes, e o da substituição. Nós aqui, Fernanda, Sofia, Janta, Ferronato, não substituímos as pessoas, nós meramente representamos uma pequena parte, que são os nossos eleitores, e uma visão de Cidade e de Estado. Então acho que isso é muito importante. Eu, como Vereador, posso falar isso, fui do movimento social, ainda sou, não me anula, mas eu quero dizer que eu não me sinto substituindo ninguém, muito pelo contrário, devo representar. Então acho que o Professor Marcelo tentou ancorar o nosso debate, Carlos, não em questões técnicas, ficar aqui estudando minúcias de leis. Nós temos aqui uma concepção, está bem claro que o Prefeito Marchezan verbaliza isso – eu acho até incrível –, ele não esconde, talvez se torne mais fácil o debate porque dá para entender o pensamento dele, mas vejam a sutileza da proposta. Não foi encaminhado para cá um projeto, sentaram em dois ou três lá e vão mandar. Não! Mudaram uma palavrinha, botaram ali “no que couber”, tirando, Janta, a exigência de lei complementar. Quer dizer, é muito bem estudado, eu não sei se é a Falconi, a consultoria, quem é, mas é muito bem estudado. Eu não quero aqui fazer uma fala de convencimento da participação, da necessidade. O que fazer então, Marcelo? Bom, eu dou duas sugestões. Primeiro, fortalecer, aqui dentro, a frente parlamentar. Temos várias frentes parlamentares que estão em andamento, a gente sabe que as frentes têm um questionamento, muitas vezes são tocadas por um Vereador só. Então, primeiro, fortalecer, mesmo que não com a presença física nas reuniões, mas fortalecer. Dois, o seguinte: a gente sabe que aqui tem muitas pessoas com militância, que são eleitores e apoiadores de Vereadores em inúmeros partidos. Procurem esses Vereadores – eu daria essa dica, com os meus quatro anos aqui dentro – ou outros Vereadores e expliquem a necessidade da participação, a riqueza, o empoderamento que gera. A frase que o Carlos colocou aqui é muito importante. Como opção, nós estamos encaminhando para o debate; ao invés de fazer o

debate antes de encaminhar o projeto, nós estamos encaminhando o projeto, porque aqui é o lugar do debate. Essa frase tem sido muito dita, escutei muito o Ricardo Gomes falando isso na discussão do IPTU, dos servidores. Bom, só que, quando a gente tenta votar os projetos, como foi há uma hora, Janta, nós tentamos votar um projeto, o Governo retirou o quórum. Quer dizer, diz que tem que debater aqui, mas, na verdade, quer ter maioria para ganhar; se não tem maioria, retira. Então só um pouquinho, é e não é essa questão.

Concluindo, se eu puder dar duas dicas, são: frente parlamentar, com uma certa cautela, que, muitas frentes, às vezes, não conseguem ter, mas, principalmente, procurar individualmente os Vereadores e as Vereadoras com quem vocês tenham relação ou conheçam pessoas que tenham para influenciar diretamente. Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A Sra. Liza Cenci, Presidente do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Porto Alegre – Comdepa, está com a palavra.

A SRA. LIZA CENCI: Obrigada, Ver.^a Sofia. Boa noite, boa noite à Mesa. Que debate, não é? Visivelmente, vemos que há um desmonte, desmonte dos nossos conselhos. Como Comdepa, eu fui muito ferida, nesta gestão, tive muitos problemas, não tenho o apoio completo da administração, então isso é bem preocupante. Estão tirando o que é nosso de direito. Vemos, principalmente nas políticas públicas para mulheres com deficiência, na saúde e na nossa acessibilidade – a Ver.^a Sofia sabe bem – que a nossa Porto Alegre está desamparada, sem acesso. Os prédios estão sendo inaugurados sem o olhar da acessibilidade, que é um direito universal nosso, nosso direito de ir e vir. Então, para nós, pessoas com deficiência, está cada vez pior, na saúde pública, na educação, no acesso ao trabalho, no transporte público. Então, Marcelo, eu acho que, como tu falaste, aqui é uma Casa de debates, mas, pela nossa lei de conselhos, quem tem que decidir são as plenárias, são os integrantes das plenárias, são os conselhos que devem decidir as mudanças das leis. Não é como o nosso Secretário, representante do Governo, falou que tem que trazer para cá, nem todo mundo pode vir à Câmara de Vereadores, e quando vem para discussão, é como o Marcelo falou, tiram o quórum. Então eu deixo uma reclamação, uma denúncia gravíssima, de que nós, como Conselho Municipal da Pessoa

pág. 17

com Deficiência de Porto Alegre, estamos em um momento bem delicado e ainda continuamos perdendo força perante as nossas plenárias. Sou participante ativa desde 2010, aqui em Porto Alegre e participo das FCDs – Fraternidade Cristã de Deficiente, desde 1991, e vejo o quanto nós aceleramos, o quanto nós conseguimos de projetos e, em menos de um ano ou dois, Porto Alegre perdeu muita demanda, muita força popular. É uma pena que esta gestão esteja preocupada só com a elite, se a discussão é o que vem do povo.

Eu me coloco à disposição dos Vereadores. Nós temos muitas demandas na área da acessibilidade. Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Muito obrigada, Liza. Agora a Angela Maria de Aguiar da Silva, do Conselho Municipal de Assistência Social, está com a palavra.

A SRA. ANGELA MARIA DE AGUIAR DA SILVA: Boa noite a todos. Eu também sou Angela Maria, sou Maria, sim, faço parte desse povo que foi dito aqui e com muito orgulho. Quero dizer que nem “maria” nem “joão” vão permitir que a cidade de Porto Alegre tenha enterrado a sua participação popular. Tenho certeza também que os Vereadores desta Casa não vão permitir que Porto Alegre se transforme em um caranguejo e comece a andar para trás, principalmente no que se refere à participação popular. De fato, o representante do Governo disse que a participação popular não é um legado de um partido, mas parece que esta gestão está querendo ter o legado da não participação popular. Digo isso porque, quando encaminha para a Câmara de Vereadores, sem fazer nenhum debate, nenhuma discussão com nenhum conselho de participação desta Cidade é, no mínimo, demonstrar que quer ter o legado de enterrar a participação popular de Porto Alegre. Como muito bem já foi dito (Ininteligível.) Conselho Municipal de Assistência Social dizer, que somos um conselho deliberativo e paritário. E quero aqui dar um exemplo muito concreto de por que este Governo coloca essa pequena palavrinha nessa alteração – “o que couber” –, porque ele tem muito interesse, sim, em muitas deliberações que os conselhos realizam.

Vou dar um exemplo muito claro e muito específico: o Conselho Municipal de Assistência Social delibera pelo Fundo Municipal de Assistência Social. O nosso Fundo está com R\$ 12 milhões em caixa! O Conselho Municipal, na gestão anterior, fez uma reprogramação

onde o próprio gestor apontou a necessidade e a urgência de utilizar o recurso financeiro. A gestão anterior não conseguiu utilizar o recurso, seja por questões administrativas, atrapalhões, enfim, coisa do gênero. Esta gestão, em abril, reencaminha para o Conselho Municipal de Assistência Social uma nova reprogramação, onde prioriza pagamento de luz, pagamento de água, pagamento de veículos, pagamento de aluguéis da FASC. O Conselho Municipal, naquele momento, que tem como sua tarefa, sua função deliberar, tem a denúncia de que serviço de criança e adolescente, com os equipamentos próprios, estão fechados e não estão atendendo. E o Conselho disse “Não, esse recurso de reprogramação tem que ser também para atender às crianças e aos adolescentes que são os usuários desta política”. Para nossa surpresa, na semana passada, novamente, nós recebemos uma solicitação de reprogramação de saldo, porque novamente o recurso não tinha sido utilizado na íntegra. E, para nossa surpresa, mais de R\$ 1 milhão estava previsto para o pagamento da folha de uma parte dos trabalhadores da FASC, porque a rubrica não permitia que fosse feito o pagamento para todos. Junto com isso, temos a denúncia de telefones cortados do CRAS, do CREAS de alta complexidade. A gente tem serviço de (Ininteligível.) as clínicas que estão sem receber há mais de quatro meses; a gente tem o ProJovem que é o atendimento para adolescente, que também estava há mais de quatro meses sem receber e na iminência de, inclusive, fechar o serviço. E, mais uma vez, o Conselho disse: “Não, esse recurso não será destinado para folha de pagamento, porque ele tem que ser destinado a atender à população de Porto Alegre, aos usuários”. Esse é o exemplo do que é o papel do Conselho Municipal de Assistência e, com certeza, de todos os outros.

Então é óbvio que essa alteração que está sendo proposta tem interesse e foi, sim, Ver. Marcelo, muito bem pensada a que ela vai servir. E volto a dizer aqui: nós não aceitaremos esse retrocesso! E espero que o representante do Governo, depois desta audiência, entenda que a participação popular se dá no diálogo, frente a frente, olho a olho, sentando à mesa, debatendo e discutindo, e não repassando para a Câmara de Vereadores, para daí então discutir, para daí então sentar com o Governo. Isso não é exemplo de discussão. E a gente já viu nesse Governo a que ele veio, para o que ele está servindo. Eu, sinceramente, espero que a gente não retroceda e esperamos, sim, o apoio da Câmara de Vereadores para que a gente não vote e não aceite alteração nenhuma, principalmente sem o debate, sem a discussão com a população de Porto Alegre e com

os conselhos. Viva a população de Porto Alegre! Viva os usuários da Assistência Social! Vamos à luta, e não vamos aceitar nenhum retrocesso de participação popular nesta Cidade!

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Muito obrigada, Angela. O Odilon Fernandes de Souza, também do Comdepa – Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência de Porto Alegre, está com a palavra.

O SR. ODILON FERNANDES DE SOUZA: Sou vice-presidente do Comdepa, dentre outras atividades; fui criador e conselheiro do Conselho Municipal de Assistência Social, presidente do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, dentre outras coisas; presidi uma associação de cegos até bem pouco – o nosso presidente está ali.

Nós temos um compromisso... Há pouco a senhora disse que está com 78 anos, eu estou cutucando os pés dela, estou com 74, mas com muita vitalidade e com muita vontade de que o que foi escrito na Constituição Federal de 1988 seja a oportunidade de contribuir também. A Lei Orgânica da assistência social, que já foi falada aqui, nos empoderou para criar os conselhos, quando criamos o Conselho Municipal de Assistência Social, e temos, no Brasil, a 10ª Conferência, e aqui nós fizemos a 11ª. O Rio Grande do Sul foi o primeiro e saiu na frente disso tudo, não sei se foi porque eu comecei cedo, mas lá já estava. Então nós temos uma história e lutamos por ter uma assistência social que nos ancorou para criarmos os conselhos municipais, onde temos a nossa função: exercer o controle da assistência social. Agora, é como mandar nós atravessarmos o Guaíba em cima de uma tábua. Nós não vamos conseguir e vamos morrer, e as nossas ansiedades, nossas esperanças e os nossos compromissos com a sociedade, vão junto com essa tábua, e nós vamos ficar olhando, na margem, os nossos usuários, de uma forma geral... Eu cito sempre a assistência social, porque fui conselheiro do Conselho Estadual de Assistência Social por dez anos.

Então, nós não podemos, de forma nenhuma, permitir que pessoas que não tenham o *pedigree*, vamos dizer assim, que não tenham o conhecimento, que não tenham a expertise que nós temos. Eu sempre digo nas conferências em que vou por aí – nacional, estadual e municipal –, que, se eu fosse, um dia, Prefeito, o meu gabinete seria rodeado dos conselhos, porque nós temos a expertise, nós conhecemos as nossas dificuldades, e

por que não, com essa bagagem de conhecimento, contribuir com o governo, contribuir com os gestores nas três esferas de Governo, porque nós não podemos nos furtar, e nem queremos nos furtar; queremos, sim, nos fortalecer juntos. Nós somos uma espécie – vou dizer, não briguem comigo – de animais que só vivemos em comunidade. Se nos colocarem numa ilha, se não temos uma pessoa que nos alcance um pau de fósforo – nós temos o dinheiro, mas temos que ter alguém para vender o fósforo para nós –, nós vamos morrer lá. E não temos esse direito de subtrair isso da nossa sociedade, dos nossos usuários, os nossos conhecimentos, para fazer com que nós sejamos que nem uma planta, que nascemos, crescemos, florescemos, damos frutos e largamos as nossas sementes, para que venha uma árvore, mais outra árvore, mais outra árvore. E assim moldar uma sociedade mais igual, moldar uma sociedade mais comprometida em que um pode ajudar o outro.

Eu digo sempre uma palavra sobre a assistência social: ninguém é tão rico, tão abastado que não possa precisar da assistência social, que aqui eu transfiro para o controle social; e ninguém é tão humilde, tão pobre, que não possa contribuir com nada. Eu sou cego, 74 anos, pobre, mas já contribuí muito por aí, e tenho esperança que quero viver até os 130 anos, porque eu ainda acho que tenho muito a contribuir, e vou pedir para o meu amigo, Prefeito Marchezan... Sou amigo de várias pessoas e vou dar um recado: enquanto nós dirigirmos conselhos defendendo partidos e não o conselho, vai tudo por água abaixo. Muito obrigado. Eu quero pedir ao meu amigo, Nelson Marchezan, assim como tenho uma amiga, a Ver.^a Sofia Cavedon... Quando estou na defesa do meu direito, da minha cidadania, da minha participação popular, os meus amigos não têm partidos; o partido deles é o partido da defesa de direito e inclusão social. Esse é o meu partido. E que o Marchezan desça do pedestal e venha se juntar a nós, que ele só tem a ganhar. Beijo. Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Odilon. O Sr. Luciano Fedozzi, do Observatório das Metrôpolis, está com a palavra.

O SR. LUCIANO FEDOZZI: Eu queria saudar inicialmente a Ver.^a Sofia Cavedon e todos os demais Vereadores, pela iniciativa, e autoridades aqui presentes. Eu estou representando aqui o Observatório das Metrôpoles, que é uma rede nacional de

pesquisadores acadêmicos que atua em 15 regiões metropolitanas do País. Nós, aqui em Porto Alegre, temos um núcleo formado por cerca de 36 pessoas, tanto professores como pós-graduandos e trabalhamos em torno da questão do direito à cidade e da participação nas políticas públicas. Portanto, essa questão nos preocupa demais, o que está em jogo aqui. Eu vou ler essa carta que foi, inclusive, endereçada ao Fórum Municipal dos Conselhos da Cidade de Porto Alegre, em 22 de setembro, e acho que é uma oportunidade de nós nos posicionarmos sobre o que está prestes a acontecer aqui. “O Observatório das Metrôpoles torna público o total apoio ao Fórum Municipal dos Conselhos da Cidade e sua luta para preservar as conquistas históricas da participação e do controle social exercidos pelos Conselhos Municipais. A gestão democrática da Cidade é um princípio constitucional resultante da luta de múltiplos atores sociais no processo de elaboração da Constituição de 1988. Nesse processo, em Porto Alegre, a Lei Orgânica Municipal (LOM, 1990) contou com ativa participação da sociedade civil, o que possibilitou, com a aprovação dos legisladores municipais, dotar a cidade de Porto Alegre de uma Lei Orgânica Municipal considerada a mais avançada em termos de instrumentos jurídico-urbanísticos [e participativos]. [É considerada essa participação, nessa Lei Orgânica a mais avançada no Brasil, segundo avaliação de vários institutos e organizações brasileiras.] Essa é uma das razões que tornou Porto Alegre referência mundial de democracia participativa. Por essa razão, manifestamos o apoio à posição do Fórum Municipal dos Conselhos da Cidade, contrário ao projeto do Executivo Municipal de Emenda à Lei Orgânica nº 09/2017. A alteração pretendida, embora aparentemente sutil, o famoso ‘no que couber’, pretende aumentar o poder discricionário do Executivo na composição e nas competências dos conselhos, com notória intenção de restringir a participação e o poder dos mesmos. Esta iniciativa, inédita na Cidade no período de quase três décadas de redemocratização e sem qualquer discussão com os conselhos, representa a quebra das práticas de co-gestão, processo que, apesar dos seus limites, é um legado democrático da Cidade. Se aprovado, o projeto significará inaceitável reconcentração de poder, com prejuízos à gestão democrática da Cidade e à eficiência das políticas públicas”.

Então, por meio dessa carta, nós gostaríamos de dizer, para finalizar, que nós estamos diante de uma questão não só local, como já foi aqui reafirmada; é uma questão local, nacional e internacional. Já foi muito frisado aqui qual é a importância que Porto Alegre

tem no mundo contemporâneo hoje, quando se trata de democracia, de participação. Então, o que ocorrer em Porto Alegre tem repercussão internacional. Isso é muito importante. Nós entendemos, portanto, que, por meio dessa rede nacional de pesquisadores, de pessoas comprometidas com os direitos da cidadania, comprometidas com o direito à Cidade, comprometida com tudo aquilo que se construiu na luta contra a ditadura e nesses últimos quase 30 anos está em jogo aqui uma decisão histórica que Porto Alegre vai adotar.

E eu gostaria, para finalizar, de dizer, embora o Observatório das Metrôpoles, que é sediado na UFRGS – eu sou professor do Departamento de Sociologia, colega do Marcelo na UFRGS –, seja composto por professores e pesquisadores de várias outras universidades aqui da região metropolitana, que nós também participamos do coletivo As Cidades que Queremos, e esse coletivo tem buscado atuar exatamente em defesa do direito à Cidade. E é extremamente preocupante o que nós estamos percebendo no Orçamento Participativo, na revisão do Plano Diretor, com todas as artimanhas que estão sendo colocadas inclusive no Conselho do Plano Diretor, e agora esse ataque no sentido de retirar poder dos Conselhos Municipais. Isso tem um significado que as várias falas aqui já deixaram muito claro. Então cabe, eu acho, à cidadania de Porto Alegre, aos movimentos sociais, às entidades, aos Vereadores comprometidos com a democracia participativa, enfim, a todos aqueles atores, a nós que atuamos também nas universidades, fazer com que esse retrocesso não tenha voz, melhor, não tenha vez e não passe na cidade de Porto Alegre. Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Luciano. A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Boa noite a todas e todos. Eu quero cumprimentar todos os integrantes da Mesa, os Vereadores e Vereadoras aqui presentes, os Conselhos – já vi vários amigos, de diversos Conselhos, que certamente estão nessa bandeira necessária em defesa dos Conselhos Municipais – a Mirtha e o Professor Marcelo.

Eu queria fazer duas considerações rápidas sobre o estado das coisas. Muito foi falado aqui sobre o cenário nacional, o cenário internacional e próprio cenário municipal. Esse conceito de democracia – a fala do Professor Marcelo resgatou isso –, junto com o

processo constituinte, que consolidou uma série de conquistas na legislação brasileira e permitiu um avanço desses espaços e, por outro lado, numa lógica que foi instituída no mundo ao longo desses últimos anos, de suprimir um desses espaços conquistados a ferro e fogo, porque todos eles foram objetos de luta: o direito ao sufrágio universal, o direito à sindicalização, o direito ao controle social, em cada século, em cada década, em cada contexto, etc. Neste momento de crise econômica brutal, existe uma tentativa clara de fazer um retrocesso nos direitos sociais, nos direitos econômicos e transformar uma democracia, que já era e já é bem limitada por conta do controle do poder econômico sobre o poder político, do papel consultivo e pouco deliberativo de boa parte dos conselhos; querem retroceder ainda mais nesse aspecto para justificar ou para facilitar a retirada de direitos. Eu acho que isso é muito grave. Estava olhando aqui – até falei com o professor – o livro do Pablo Iglesias, do Podemos, novo partido formado na Espanha a partir do Movimento 15-M, que conseguiu construir uma terceira alternativa diante da falência da social democracia. Ele fala que quem ataca os direitos civis e sociais ataca também a democracia, e essa democracia se transforma numa ditadura dos bancos, da tecnocracia, do capital, que é o que a gente tem visto no mundo para retirar direitos, e também no Brasil. Eu acho que, por isso, esse projeto de ataque aos Conselhos, de ataque ao Orçamento Participativo, de retirada da infraestrutura de fiscalização dos Conselhos, da não nomeação dos conselheiros por parte do Governo para inviabilizar as decisões dos Conselhos, da supressão de todos os espaços, inclusive retrocedendo no básico, que é sentar com os espaços de representação, enfim, para dialogar. O Governo não recebe. Primeiro, a casa dos Conselhos não tem Conselho – é que nem o projeto de livros sem livro, que a gente falava; na casa dos Conselhos, os Conselhos não podem se reunir. Depois, não se recebem os Conselhos Tutelares no Fórum de Conselhos, que reúne todos que têm representação. Mesma coisa agora com os Conselhos Tutelares – não vou entrar aqui nos problemas do Conselho Tutelar, da desestruturação, que nós temos pouco tempo, é coerente com esse projeto que passa por desmontar o serviço público. O Governo vai todo dia a público dizer que a culpa da crise de Porto Alegre é dos servidores públicos, que, na verdade, são a solução, e dos Vereadores que não votam nos projetos que atacam direitos dos servidores públicos ou aumentam o IPTU, como foi o projeto que tramitou. Dois, sucatear o que pode, como é o caso do DMAE. Eu sei que tem gente da Zona Sul, que estão avisando que tem risco da água, que é preciso contratar

peças, etc. Mesmo assim, o Governo segue sucateando para justificar a privatização, tem superávit, tem dinheiro, controle da água.

A Carris, a mesma coisa, porque não só não teve gestão no Governo inteiro do Marchezan; na Carris mais ainda, cai um, cai outro, depois cai outro, e ele segue sucateando a Carris, porque é parte de um projeto privatista e de um projeto recessivo, porque todas essas receitas de desmontar, servidores com salários parcelados, sem garantia de 13º, sem concurso público, pessoal da assistência lutando para entrar enquanto falta assistente social nos CRAS. Tudo isso gera impacto não só na vida das pessoas, o que por si só já justificaria todo o nosso apoio, mas gera impacto no comércio, na economia local, na possibilidade de circulação e de retomada dos movimentos econômicos.

Fiz esse preâmbulo, porque – claro que é importante a presença do Governo aqui na audiência – não tenho muitas ilusões de que este Governo vai retirar esse projeto. Sei que nós precisamos insistir e discutir o projeto, mas temos que nos armar, aqui nesta plenária, que são plenárias de lideranças, de “joãos” e “marias” que lutam todo o dia como vamos derrotar o projeto, porque lamentavelmente com este Governo a gente viu que não tem debate. Derrotar o projeto significa derrotar a possibilidade de o Governo desmontar os Conselhos com uma legislação que diminua o quórum na Câmara para alterar cada um deles. E por que o Governo fez isso? Porque o Governo não tem 24 votos. Hoje, para alterar a Lei Orgânica, precisa-se de 24 votos no 1º e no 2º turnos. O Governo viu que não teria esses votos necessários; fez um projeto fazendo o quê? Reduzindo o número de votos para alterar os votos dos Conselhos. Por quê? Porque ainda não tem essa maioria na Câmara, é preciso garantir com que o Governo não tenha. Se for tático votar a frente dos Conselhos, mas também priorizar esse projeto para derrotá-lo, como nós tentamos fazer na greve dos municipais, e o Governo foi obrigado a retirar, acho que a gente tem que fazer, porque a gente tem que mostrar que é possível vencer em tempos difíceis. Eu acho que é possível vencer, e acho que é possível vencer tendo a sabedoria de ter unidades nas lutas necessárias. A greve dos municipais, que durou 40 dias, mostrou que é possível vencer, mas os municipais sozinhos não podem derrotar esse projeto de conjunto porque é uma categoria só.

Eu acho que a Cidade inteira tem que se unir contra o neoliberalismo. Porto Alegre, que foi a vanguarda nos Conselhos, foi a vanguarda no OP, foi a vanguarda na legalidade, foi

a vanguarda em tantos outros momentos, tem que levantar a sua cabeça e mostrar para o Prefeito *playboy* que não existe rei, que não existe monarquia e que nós somos maior que ele.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Sr. Nelson Cunico, assessor do Ver. Aldacir Oliboni, também lutador social, está com a palavra.

O SR. NELSON CUNICO: Boa noite a todos; boa noite à Mesa, à Presidência dos trabalhos, ao Ver. Janta, Ver. Marcelo e Ver.^a Fernanda, sempre presentes. Quero começar dizendo que concordo com o Carlos, concordo plenamente. Tu fizeste a exposição inicial, com que concordo plenamente. Nós estamos num período de diminuição, de redução da democracia em nível federal, em nível estadual, e aqui na Cidade, estamos vivendo esse triste período. Sei que tu és um democrata, e eu sei que estás no Governo agora, e nós estamos enfrentando isso. Isso é triste para a Cidade de Porto Alegre. Então, concordo contigo, estamos nessa fase. Segundo, quero dizer que lamento essa mudança de método da Prefeitura. Até então, o que fazia a Prefeitura? Menos ou mais, ela debatia os projetos minimamente, depois encaminhava para a Câmara. Isso era um roteiro de muito tempo. Agora, diferentemente, tem uma opinião, faz o projeto, encaminha para cá. Aliás, o Janta tem denunciado isso aqui na tribuna algumas vezes, esse método. O Janta foi um dos protagonistas da denúncia desse método. Esse é um método de quem, no mínimo, abre mão da democracia. A democracia não é comigo, é isso que ele está dizendo. Democracia não é mais com o Governo Marchezan, não é mais com a Prefeitura. Democracia é com a Câmara de Vereadores, é com os outros. Democracia não é mais uma atitude do Governo. Isso é lamentável, porque muda uma história em Porto Alegre, um método em Porto Alegre, e um método de muito tempo. Eu concordo com o Marcelo e com vários aqui, não era essencialmente de um partido, era de um setor democrático da Cidade, amplo, de vários partidos, mas agora mudou. Eu acho que isso é muito grave para a Cidade.

Eu acho que, com isso, nós temos claro que o Governo tem uma opinião e ele tem que assumir essa opinião. O (Ininteligível.) tentou dizer que há uma mudança a nível nacional e que também aqui tem a questão da reestruturação administrativa. Ninguém está falando disso aqui. Nós não estamos nem preocupados com essa mudança administrativa, sobre

quem da Prefeitura que vai incluir os conselhos; esse não é o objeto da nossa discussão. O objeto da nossa discussão é o que está escrito lá, no art. 101, que muda a forma de nós deliberarmos e ter autonomia nos conselhos de direito municipais – é isso que estamos discutindo! Não estamos discutindo a inclusão desse ou daquele do Governo dentro dos conselhos. Isso sempre será uma opção de qualquer Governo. Não há problema em relação a isso. Nós não estamos discutindo isso.

Por último, eu concordo com a Fernanda, nós não temos que perder tempo com este Governo. Ele encaminhou esse projeto e vai tentar votá-lo aqui. Ele vai tentar nos surpreender e votar. É isso. Ele vai tentar nos surpreender e, quando nós estivermos caladinhos, ele vai votar. E talvez seja aprovado. Espero que não, mas pode acontecer. Vocês vejam que poucos Vereadores vieram aqui, não é? Isso é bem sintomático. Em várias vezes tem ocorrido assim, vêm poucos Vereadores nesses debates, porque alguns não têm compromisso com isso. Eu posso afirmar isto: eles não têm esse compromisso. E eles vão votar favoráveis ao Marchezan, vários deles. Eles já estão dizendo nos corredores da Casa. Então, nós temos que nos mobilizar, acho que estamos atrasados na mobilização, estamos esperando demais. Primeiro, nós temos que denunciar, nós não podemos aceitar. Temos que denunciar isso aonde a gente vá, inclusive internacionalmente, porque a cidade de Porto Alegre não é mais a Capital da democracia. Nós não podemos aceitar isso. Nós não podemos esconder isso da Cidade. Portanto, nós temos que dizer isto: o Governo Marchezan não quer mais fazer democracia na cidade de Porto Alegre; o Governo Marchezan não quer mais continuar como a Capital da democracia – isso nós temos que afirmar!

Nós temos que ter uma ampla organização para visitar os Vereadores. Se não fizermos isso, nós corremos risco. Temos que visitar cada um dos Vereadores e Vereadoras desta Casa, e acho que, hoje, temos que aproveitar para tirar essa supercomissão. A Anita tem que ter uma opinião sobre o que pensaram lá no conselho, que é o Timoneiro, como diz o pastor. E mais, nós temos que formar uma supercomissão para visitar os Vereadores, temos que aproveitar esse encontro aqui e agora para visitar um a um e perguntar se eles querem ou não mudar. Nós corremos o risco desse projeto ir à votação e, como diz a minha tia, ele vai ser aprovado porque nós vamos ficar quietinhos, e aí nós estamos mortos.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Nelson. A Sra. Ana Carolina Martins da Silva, da Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente – Apedema/RS, está com a palavra.

A SRA. ANA CAROLINA MARTINS DA SILVA: Saúdo a Sra. Presidente, Ver.^a Sofia Cavedon, em seu nome, a todos os demais; saúdo o Silvio Nogueira, em seu nome, toda a plateia. Gente, estamos aqui novamente em audiência pública; nós já estamos podendo dar curso de audiência pública. Estou representando a Apedema, ela congrega entidades ambientalistas do Rio Grande do Sul. Estamos em trinta e poucas cidades lutando arduamente para manter a legislação, para tentar conscientizar uma população aparentemente anestesiada. Em relação a esta audiência, eu agradeço o Fórum Municipal dos Conselhos pela promoção de mais este debate, e quero dizer que nós, da Apedema, estamos com uma situação bastante delicada em relação ao Conselho do Meio Ambiente, que não se reúne a praticamente um ano, cujas verbas estão tendo diversos destinos. Então, nós tivemos uma atitude um pouco drástica, porque, para completar, o nosso Secretário do Meio Ambiente, representante do Poder Executivo... O que não é em todos os conselhos, há algumas cidades em que o coordenador do conselho é da sociedade civil, não é cargo de confiança, então peço autorização para ler uma mensagem da nossa assembleia: “A assembleia permanente das entidades em defesa do meio ambiente do Rio Grande do Sul, diante do edital 02/2017...” Para quem não sabe, é um edital que o Secretário elaborou para colocar entidades ambientalistas que quisessem se inscrever, e a gente sabe que hoje muitas entidades ambientalistas são de fachada, então há muito tempo que a Apedema é respeitada em âmbito estadual. Inclusive no Conselho Estadual do Meio Ambiente – Consema, nós indicamos as entidades ambientalistas, nos conselhos, nós indicamos as entidades ambientalistas de fato comprometidas com o meio ambiente. O nosso Secretário resolveu fazer uma alteração e abriu um edital para quem quisesse entrar. Casualmente duas ONGs que se apresentaram têm alguns comprometimentos, inclusive, com o próprio Secretário. Maiores detalhes vocês podem ver no *site* da Agapan e da Apedema/RS.

O edital publicado em 4 de dezembro de 2017, ele coloca para liberação apenas um assento das entidades ambientalistas, porque as outras já foram preenchidas de outra forma que não a indicada pela nossa assembleia. Essa atitude fez com que nós

entrássemos – algumas das ONGs integrantes da Apedema – no Ministério Público com um pedido de observação e investigação desse edital e de algumas verbas que foram usadas do meio ambiente para outras coisas. Não contente, o Secretário lançou uma segunda chamada, de um novo edital, sabendo que o outro edital já estava sendo questionado. Eu conto esta história prática para vocês para dizer que nós estamos com um problema mais do que legal. Vocês sabem que – aqui é todo o mundo qualificado –, quando se fala em lei, legislação, nós não estamos só falando uma palavra fria; nós estamos falando em ética, em combinação entre sociedades, em contrato social, em o que a gente acha certo, em o que a gente acha errado, o que é o respeito, o direito de um, o que é o respeito, o direito de outro; então, não são só palavras. Quando as pessoas trocam uma palavra ou outra para nos ludibriar, eu acho que precisa ficar bem claro que é uma tentativa de fraude de ética, é uma tentativa de enganar, é uma falácia.

Então, a Apedema vem aqui para fazer este pedido de apoio a esta denúncia que já está no Ministério Público, volto a dizer – no *site* da Agapam há detalhes, no *site* da Apedema-RS há mais detalhes sobre isso, no Sul21 há detalhes, não vou me estender. A gente queria dizer que somos solidários ao fórum. Realmente, há uma estratégia sórdida para desmontar a participação popular, a gente sabe que historicamente é assim. Como é que o colonizador consegue dominar o colonizado? É porque o colonizado deixa. Então, está na hora de nós dizermos não. Espero que pelas vias legais se consiga fazer isso, mas eu estou no movimento há muito tempo e acho que a sociedade civil hoje tem que fazer o plano A, B e C. E este povo aí, me desculpem, com todo o respeito a esta Casa, eu acho que nem é problema de política, é problema de polícia. E como nós sabemos de que lado está, acho que nós temos que insistir na nossa organização, temos que trabalhar em conjunto e o que puder fazer dentro dessa seara, a Apedema está à disposição, estamos solidários. Estamos à disposição para a luta, mas acreditamos que devemos criar um plano C bastante sério. É isso. Muito obrigada. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Ana. Chamo agora a Djanira Corrêa da Conceição, do Conselho Municipal de Saúde.

A SRA. DJANIRA CORRÊA DA CONCEIÇÃO: Boa noite, Sofia. Cumprimentando a Sofia, cumprimento toda a Mesa. Cumprimentando a Mirtha, cumprimento todos os

participantes. Bom, pessoal, a gente aqui está discutindo direito, um direito que está lá, e a palavrinha mágica que querem tirar, que faz muita diferença. E a gente tem que explicar bem, porque não é toda pessoa que tem esta compreensão, porque, quando a gente fala para um leigo que não participa de Conselho, não participa, ele acha bobagem. É porque as pessoas não têm um entendimento de quanta diferença faz esta palavrinha. Mas eu quero trazer, como alguns já disseram, depois que a gente passa dos 25, três vezes quase, a gente fica mais esperto. Quando eu vejo que conseguimos eleger dentro de Porto Alegre um rapaz que nunca participou das ações dentro da Cidade, que nunca botou o pé no barro, que não conhece as comunidades pobres, que tem a cara de me dizer, lá na Restinga, que os professores municipais ganham muito, gente, nós temos que ler a história familiar dele. Ele foi um rapaz que nunca passou fome, ele nunca teve problema de colégio, porque, quem conhece um pouquinho de política, sabe quem foi o pai dele. Tal pai, tal filho, não é, gente? Então, a gente tem que lembrar dessa história. E, quando ele diz que os Conselhos não precisam estar junto, que eles têm o direito de decidir por nós, não, gente! Eu sou a “maria”, eu sou a “maria”, que veio lá da Restinga, da Hípica, e quero dizer: eu quero participar, sim, da minha cidade, eu quero ver a minha cidade andar para frente, eu não quero retroagir, porque eu sei qual é que é. Então, gente, quando a gente pega um gestor que diz que a população não sabe, ele está muito enganado, porque ele tinha que ir lá na Restinga fazer um curso com o “joão”, com a “maria”, com o “frederico”, para ver como eles sabem cuidar de uma cidade, porque quem vive com R\$ 900,00 sabe administrar uma cidade muito mais. Por que os privilégios? Por que dois, três Secretários ganhando R\$ 30 mil e um professor não pode ganhar R\$ 6 mil? Por quê? Porque a educação não é permanente? A educação não é importante? Sim, a educação é importante, a participação social é importante, sim, porque nós fazemos a diferença; nós não nos entregamos; nós estamos dia a dia lutando, gastando dinheiro do nosso bolso, porque nós não temos financiamento, nós não temos passagem, nós não temos almoço; então, gente, ele tem que descer do pedestal, ir lá na Restinga, ir lá nas Ilhas e fazer um cursinho de como administrar uma cidade e respeitar o cidadão de Porto Alegre. Eu não admito que um Secretário ou um Prefeito, seja lá quem for, diga que a “dona maria” ou o “seu joão” não sabem administrar; eles sabem, sim, porque o que eles fazem com R\$ 900,00... Eles dão curso. Então, um Prefeito que dá R\$ 30 mil para um Secretário e não quer pagar R\$ 2 mil para uma pessoa que trabalha lá na periferia, que

não sabe que dentro da sua escola está faltando comida, está faltando carne para os alunos, porque o aluno pobre não precisa desses benefícios? Mas, meu Deus, onde vamos parar? A ditadura já está aí, sim, gente. A ditadura faz muitos dias que está aí, e ninguém vê. (Palmas.)

E outra coisa: nós somos culpados, sim, porque nós estamos parados, nós não vamos para a rua com os trabalhadores, nós não fomos para a rua; a Cidade não foi, a Cidade não abraçou. Enquanto isso estiver acontecendo, gente, nós só vamos retroagir. Eu sou a “maria”. Eu sei o que é viver com R\$ 900,00 e trabalhar, com 65 anos, para sobreviver. Obrigada. (Palmas.)

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Só pegando um gancho com a Djanira, amanhã tem uma reunião no Simpa, às 18h30min, para a construção de uma assembleia popular para toda a cidade de Porto Alegre, com várias entidades. É muito importante a presença dos conselhos nessa luta, é importante todo mundo se juntar. E quero dizer que estou representando toda a bancada do PSOL, o Roberto Robaina – que tinha outra agenda –, o Prof. Alex Fraga; então, aqui estamos representando os três. A oposição fica com a Sofia.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Fernanda. O Ver. Cláudio Janta está com a palavra.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Boa noite a todos e a todas. Eu acho que a frente parlamentar é válida para continuar a discussão. Eu só acho que a gente está perdendo muitas coisas aqui dentro da Câmara. Hoje mesmo nós tivemos um veto do Governo a várias emendas que garantem recursos para a saúde. Havia a destinação de recursos para a saúde e para a segurança pública e nós perdemos esse veto por um voto. Então, quando ele fala aí que os Vereadores são medrosos, que são cagões, são isso, são aquilo, é porque as galerias influenciam. Quando o povo vem aos gabinetes dos Vereadores e nas galerias, isso influencia. Influencia porque todos nós que estamos aqui fomos eleitos pelo voto popular. Influencia, e influencia muito! Então, quando o povo vem para cá as coisas mudam. Hoje, por exemplo, ia-se votar um projeto aqui na Câmara e não se votou porque as pessoas estavam aqui. E o Governo usou todas as suas artimanhas; todas as

pág. 31

artimanhas possíveis! O Governo abriu o seu balcão de negociação. Abriu o seu balcão de negociação, pois a sua base aliada aqui dentro era mínima e ela está crescendo. O DEM indicou o Secretário Adjunto da Cultura, então não é mais independente; uma parte do DEM, hoje, faz parte do Governo. O Ver. Mauro Pinheiro, que era da Rede Sustentabilidade, que era independente, hoje faz parte do Governo, é o segundo Vice-Líder do Governo. Eu anunciei isso hoje da tribuna, porque defende o Governo mais do que o próprio Governo, e tem 11 cargos em comissão no Governo. Então, como é que é independente? Independente opera com independência, o que é bom para Porto Alegre vota, o que é ruim critica. Então, o Governo está operando. Mas nós temos aí, certinhos, 14 votos para derrotar qualquer projeto de alteração à Lei Orgânica do Município. É por isso que o Governo não vota. Não vota. O Governo precisa de 24 votos, em duas votações, para fazer qualquer alteração na Lei Orgânica do Município. Hoje tinha um projeto de alteração à Lei Orgânica, que é posterior ao dos conselhos, que é o nº 09, e esse que eu falo é o nº 11, tem mais algumas alterações na Lei Orgânica que o Governo quer fazer. Só que o Governo precisa ter 24 votos para alterar a Lei Orgânica em duas votações, duas sessões de discussão. Alterar a Lei Orgânica não é barbada. Então, nós temos hoje 14 votos aqui que estão incomodando o Governo. A gente chega a 17, chega a 19; conforme as galerias se chega a 25, 21, 23. E tem esses absurdos que o Governo está fazendo. O Governo quer mexer nos conselhos? Tem o problema popular? Tem o problema popular, sim, mas tem o problema financeiro. Se tu juntar aqui, o Conselho de Habitação tem R\$ 50 milhões em caixa. E o Governo não paga aluguel social, o Governo não ajuda ninguém que está com ordem de despejo. O Governo não paga nada, não paga nem o advogado, não paga nada para ninguém! Tem R\$ 50 milhões em caixa! O Conselho do Idoso deve ter em torno de R\$ 26 milhões, R\$ 28 milhões em caixa. A senhora falou aqui do Conselho do Meio Ambiente, já sacaram um monte do Conselho do Meio Ambiente. E vão responder, porque não pode, tem que ter a autorização dos conselhos para sacar. Com relação ao Conselho de Assistência Social – foi dito aqui – são R\$ 12 milhões. O Funmercado; tem mais uma grana no Funmercado. E aí nós vamos, cada um tem uma grana disponível lá dentro. E o Governo quer meter a mão nesse dinheiro. Ele não está preocupado com o nosso grito. Esse Governo é surdo. Ele é surdo para a Câmara de Vereadores, ele é surdo para o Orçamento Participativo, ele é surdo para os conselhos, ele é surdo para a sociedade. E aqui, agora, a conselheira da

saúde disse que ele nunca administrou. Ele nunca trabalhou! Nunca trabalhou na sua vida. A profissão dele é ser deputado. Ele foi deputado estadual, foi deputado federal e nunca apresentou um projeto. E é por isso que ele não gosta de nós, Vereadores, porque todos que estão aqui apresentaram projetos aprovaram projetos. E ele nunca apresentou um projeto, nunca aprovou um projeto na sua vida! Em todo o período em que ele foi deputado estadual e federal, ele apresentou três projetos, que foram arquivados. Ele nunca teve a carteira de trabalho – na linguagem do trabalhador – assinada! A única coisa que ele fez na vida dele foi montar uma empresa, uma escola de idiomas, que quebrou, faliu e não recolheu impostos para o Município de Porto Alegre. Então, nem para isso ele presta! Nem para isso ele presta! E daí diz que a nossa Cidade está um caos. E aí quer trazer investimentos para cá. Quem vai investir numa cidade que está um caos? Quem vai investir? Quem vai botar uma banca de frutas numa cidade que é um caos? Se o Prefeito diz que não vai resolver o problema de asfalto, se o Prefeito diz que não vai fazer uma poda de árvore, se o Prefeito diz que não vai limpar uma praça, quem vai investir? Mas esta Cidade tem gente, esta Cidade tem povo e esse povo vai recuperar esta Cidade. Então, acho que nós podemos criar a frente parlamentar. Agora, nós temos que pressionar os Vereadores para que esse PELO seja votado rápido. Enquanto não for votado esse PELO, ele pode fazer essas artimanhas que fez no Conselho do Meio Ambiente e meter a mão no dinheiro. Seria isso, Vereadora. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Janta. O Sr. Nelson Kalil está com a palavra.

O SR. NELSON KALIL: Boa noite a todos. Eu poderia falar aqui sobre várias coisas, sobre o caos que está esta Cidade, e aí eu concordo, está realmente um caos, e a gente sabe que culpa é de quem. Eu poderia falar sobre o que os conselhos podem e devem fazer por esta Cidade, estão sendo tolhidos, mas eu quero só fazer alguns desabafos, falar algumas coisas que estão me prendendo. Eu não quero me referir ao “Imperador Júnior”, e eu não costumo me dirigir a um cargo com esses termos, mas quando ele adjetiva os parlamentares como ele adjetivou, ele me dá o direito de chamá-lo de “imperador Júnior”. Eu quero falar sobre uma outra coisa simbólica que aconteceu agora pelo Vice desse “imperadorzinho”, que é o Dr. Paim, respondeu a uma indagação do

Ministério Público e conseguiu colocar uma pérola nessa resposta, que foi a seguinte: que o Conselho Municipal de Saúde está usurpando o poder eleito pelo povo. (Risos.) Eu quero lembrar ao nosso amigo da gestão aqui, quero lembrar ao Paim, que o poder é nosso! (Palmas.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Perfeito.

O SR. NELSON KALIL: Nós somos o poder nesta Cidade. Nós não vamos usurpar nada, quem está usurpando são eles. No momento em que eles governam para o MBL, por exemplo, eles estão usurpando o nosso poder. (Palmas.) Então vamos lembrar novamente: o poder desta Cidade é nosso, é de todas as “marias” e de todos os “joãos” que estão aqui. Então eu vou repetir novamente: o poder é nosso! (Palmas.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Muito obrigado, Nelson. Que bonito! Três falas da Comdepa, que orgulho para a nossa Cidade. Pessoas com deficiência e protagonistas da política pública. Parabéns.

(Manifestação fora do microfone. Ininteligível.)

A SRA. SOFIA CAVEDON: Não se reúne! Viva o livro! Viva a leitura! A Sra. Angélica Mirinhã, liderança comunitária da Região Centro, está com a palavra.

A SRA. ANGÉLICA CELESTE MIRINHÃ: Angélica, mulher vileira, estou, no momento, de Presidente do Conselho Municipal de Acesso à Terra e Habitação – Comathab. Antes de entrar na minha fala, eu quero agradecer à Clô Barcellos por essa solidariedade, esse humanismo, principalmente com as mulheres, e nós temos que lutar nesta Cidade, quando ela cedeu o seu espaço, seu tempo, para que a gente pudesse aqui também apoiar o Conselho Municipal do Livro e Leitura, que é uma causa justa, até porque nós temos que trabalhar a educação nesta Cidade que está faltando. E o livro, a literatura e a leitura são fundamentais. Então parabéns para este Conselho. (Palmas.) O meu muito obrigado, o Comathab não vai esquecer desse apoio de vocês.

Quero dizer também que o Conselho Municipal de Habitação tem uma história muito interessante, porque nós viemos daquela luta dos anos 1980, que acontecia também no Brasil, que eram os direitos humanos e a cidadania, os direitos humanos contra a violência, contra o racismo, contra a segregação, contra todo o tipo de opressão, contra as pessoas que não têm oportunidade de ter uma vida melhor. Então, nós nos fortalecemos nesse processo, e, em Porto Alegre, nos anos 1990, nós criamos um fórum comunitário de entidades que circulou um processo de debate do direto à cidade, da pauta de reforma urbana, da discussão dos recursos públicos com cidadania e participação popular por todas as 16 regiões da Cidade. Naquela época eram 16 regiões. E foi a partir desse debate de conteúdo em uma cidade como Porto Alegre, histórica na legislação habitacional. Porque nós temos orgulho da legislação habitacional de Porto Alegre, que foi uma cidade pioneira em AEIS, foi uma cidade pioneira na questão do Estatuto das Cidades, foi uma cidade pioneira na legislação do Minha Casa, Minha Vida, que é solidário, então nós, o conselho de habitação, se incorporou de tudo isso. E o Comathab não é só a moradia, é o direito à cidade, à cidadania, os recursos públicos para qualidade de vida, equipamentos público, cidadania, uma vida melhor. Eu não vou entrar na questão do nosso Prefeito, que olha, quem falou aqui foi maravilhoso, deu todos os sinônimos, características, estão de parabéns, todos nós sabemos. Mas o que é importante para nós do Conselho Municipal de Habitação, que já passamos por isso, Ver.^a Cavedon e Marcelo... Nós já passamos por isso! Há cinco anos, houve um movimento da Prefeitura de Porto Alegre para acabar com o Comathab., Conselho Municipal de Habitação. E nós lutamos, e foi a Câmara de Vereadores, os Vereadores, que nos ajudaram. Então eu quero deixar aqui, não sei se está sendo gravado ou registrado, que a Câmara de Vereadores é um poder fundamental, gente. Nós não podemos abrir mão da Câmara de Vereadores. E eu lembro bem na luta do Orçamento Participativo em 1989, 1990, 1991, que a gente brigava, quebra de braço, Vereador pode não pode, tem direito de dialogar com orçamento público, é população, é o Vereador... E nós tivemos esse consenso do papel da Câmara de Vereadores, de cada Vereador e da sua representativa. Então, nós apelamos, Comathab apela à Câmara de Vereadores, Ver. Janta, como tu já falaste, para que todos os Vereadores, Sofia, Marcelo, estejam presentes nessa luta e que não abram mão da cidadania de Porto Alegre, da modernização popular de Porto Alegre, da democracia participativa de Porto Alegre. Nós, encarecidamente, lutamos junto

com vocês. E acho que essa Comissão que o Nelson muito bem colocou tem de ser formada hoje. Nós temos de ir de gabinete em gabinete, porque já foi a Câmara, que foi estratégica em momentos fundamentais na cidade de Porto Alegre em decisões chave. E nós apelamos, o Conselho Municipal de Habitação, que livremente a Câmara possa ser mais um instrumento – nós, que vivemos num País em que a Justiça está aliada aos maiores catrefas que há nesse País... Então, como vamos pensar que uma lei vai resolver os nossos problemas? (Problemas técnicos no som.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada Angélica. Angélica, com a sua capacidade de eloquência, fechou muito bem todas as falas do plenário. E a gente agora convida, para a fala final, dos participantes, das participantes, dos proponentes e do Governo.

A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER: Parabéns a todas e a todos pela grande manifestação de cidadania e de democracia, que nós fizemos, agora, neste momento, nesta audiência pública. Agradeço à Câmara de Vereadores por ter nos recebido e encaminhado essa proposta de Audiência Pública. Sobre os encaminhamentos, os da Angélica, penso que esta comissão de visita aos Vereadores possa estar dentro do Fórum dos Conselhos Municipais. Nós já fizemos esse movimento na entrega da carta, como foi visto. Desde agosto, quando nós recebemos o anunciado do PELO, pela Ver.^a Fernanda Melchionna, que foi a primeira que fez esse anúncio para nós, começamos a fazer o movimento naquela mesma semana, chamando todos os conselhos municipais. Então, desde agosto, até a data de hoje, nós não paramos com atos e movimentos. Nós fomos muito rápidos nas respostas à proposta de modificação da Lei Orgânica. E nós não vamos aceitar essa proposta. Nós vamos ser enfáticos e muito proponentes neste movimento. Então, eu solicito a esta Comissão que seja dentro do Fórum dos Conselhos Municipais da Cidade, onde solicitamos e vamos marcar uma reunião mais ampla para fortalecermos esse movimento do Fórum dos Conselhos Municipais da cidade. E novamente, falando que, pela primeira vez, esse fórum foi movimentado com o protagonismo dos próprios conselhos municipais da Cidade. Anteriormente, era chamado pelo gestor, e nós chamamos para nós, pelo movimento social, pelos conselhos municipais para estar organizando essa mobilização frente a esse agravo que esse Prefeito está fazendo com a

pág. 36

mobilização e com o nosso movimento de mobilização social. Então, nem um direito a menos, nenhum retrocesso, e vamos buscar a democracia e unidade e a fortaleza de todos os joãos e marias desta cidade de Porto Alegre. Muito obrigado. (Palmas.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Obrigada, Mirtha, obrigada Marcelo, pela participação e pela proposição. Passo a palavra ao Sr. Carlos Siegle de Souza, Secretário Adjunto das Relações Institucionais.

O SR. CARLOS SIEGLE DE SOUZA: Gostaria de agradecer à Ver.^a Sofia Cavedon pela eficiente e isenta condução dos trabalhos, e aos demais Vereadores, Marcelo e Janta, e aos Vereadores Ferronato e Fernanda que não puderam continuar. Aliás, é uma pena, pois algumas pessoas não puderam ficar até o final para que a gente possa efetivamente fazer o debate, para que possamos ter ponto e contraponto sobre o que foi colocado aqui. Algumas falas se complementam, algumas falas abordaram o mesmo tema. Então, vou procurar abordar os temas que acho que foram os principais pontuados para que a fala não fique muito comprida, mas que a gente possa tentar enfrentar o que foi colocado aqui. Primeiro, gostaria de dizer ao Professor Marcelo que fiquei, academicamente, satisfeito, professor, porque eu sou formado em sociologia e fiz uma pós-graduação em gestão pública no Necon da UFRGS. E o meu trabalho de conclusão foi sobre a democracia participativa, Orçamento Participativo de Porto Alegre.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CARLOS SIEGLE DE SOUZA: Eu ouvi a todos atentamente e gostaria Não sei se fica quente, se fechar a porta...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CARLOS SIEGLE DE SOUZA: E a fala da professora nas análises de contexto nacional e do posicionamento de Porto Alegre sobre a política de democracia direta e democracia representativa é o roteiro do trabalho que fiz sobre esse tema, e portanto, obviamente, concordo plenamente. A única coisa que eu acho que é importante pontuar é

que diferentemente do estágio de debate da falsa dicotomia entre democracia participativa representativa e democracia parlamentar que o Brasil viveu e vive hoje ainda, Porto Alegre já passou deste estágio. A discussão sobre o sombreamento, a disputa entre parlamento e participação social já não existe em Porto Alegre há algum tempo. Não é de graça que já se passaram quatro forças políticas diferentes – e absolutamente diferentes na sua concepção de mundo pela Cidade – e nenhuma delas conseguiu ter êxito na eleição antes de claramente ir à população e dizer: “Nós manteremos o Orçamento Participativo de Porto Alegre”. Todos os prefeitos eleitos a partir da Frente Popular tiveram que dizer isso para que se tornassem viáveis eleitoralmente na Cidade. E esse é um exemplo. Outro exemplo que posso deixar muito claro, e fazer um paralelo com o exemplo do nosso País, da relação parlamento/sociedade civil organizada no nosso País, é que enquanto aqui em Porto Alegre, a partir do ano de 2013, como alteração do Regimento Interno e do ciclo do Orçamento Participativo, as demandas eleitas pela população passaram a vir na lei orçamentária anual pontuadas uma a uma, e esta Câmara de Vereadores nunca propôs nenhuma alteração, e nenhuma dessas demandas quando foram enviadas pelo Executivo, a partir da decisão das assembleias e dos fóruns regionais temáticos do OP, isso demonstra que a Câmara de Vereadores de Porto Alegre, a democracia representativa, está absolutamente em sintonia em nossa Cidade com a democracia participativa direta. Tenho aqui vários delegados, conselheiros e ex-conselheiros do Orçamento Participativo que conhecem esse tema e sabem do que a gente está falando. Enquanto isso, em Brasília, e não lembro exatamente se foi em 2014 ou 2015, no Governo Dilma, nós inclusive fomos chamados a participar da construção de texto do sistema nacional de participação social, que estava sendo gestado na Secretaria Geral de Governo pelo Secretário Gilberto Carvalho, que tentava compilar todas as experiências de democracia, audiências públicas, conselhos, democracia representativa, orçamento participativo, democracia deliberativa, em um texto único para uniformizar essa atuação no Brasil, e nós, inclusive, de Porto Alegre, propusemos que fosse inserida no texto a criação de um fundo nacional de participação social que pudesse pegar a metade dos recursos que eram destinados às emendas parlamentares e que pudesse ser um fundo acessado pelas cidades que implementassem instrumentos de democracia direta deliberativa nos seus orçamentos. E tinha inclusive uma regra discutida com o Ministro, que era: Porto Alegre já aportou R\$ 100 milhões para discutir com a Cidade, pode

acessar mais R\$ 100 milhões do fundo. Essa era a ideia. O que disse o Ministro e a equipe de Governo? – E depois fomos descobrir que sabiamente – “É melhor a gente não avançar tanto, porque esse texto que está aqui já vai ter dificuldade de avançar no Congresso”. E foi verdade, o texto não passou. O Parlamento nacional se sentiu ameaçado pela construção de um instrumento que era basicamente audiências públicas, conselhos municipais e quem quisesse aderir a instrumentos de democracia participativa direta. Ou seja, essa dicotomia Porto Alegre não vive há alguns anos, e isso é um avanço democrático, amadurecimento desta Casa, amadurecimento da Cidade. E talvez isso possa ter forçado o amadurecimento da sociedade, dos cidadãos e do Parlamento que representa o todo da Cidade, possa ter forçado os gestores a entenderem isso também. O processo democrático oferece esse amadurecimento, às vezes, no processo natural e, às vezes, forçado. Estou dizendo isso porque acho que tem uma coisa que é preciso que se diga neste debate, é bom que esses debates possam ser aprofundados, porque são raros os momentos em que a gente pode aprofundar temas tão importantes na nossa Cidade. Eu respeito a luta política, muito, quem conhece a minha história aqui sabe que eu nasci e me criei nesta Cidade, na luta social, na luta política, e por ora estou no Governo. E entendo quem queira pegar todas as pautas que estão em jogo para fazer a luta política, para discutir a sua visão de mundo, para discutir a dicotomia de quem governa e a gente não concorda com quem não governa, mas que a gente gostaria que governasse. Isso é da vida. Agora, com alguns temas da Cidade temos que ter responsabilidade. Acabo de vir, convidado e pago pelo Governo da Cidade, de Madri para participar de um seminário onde fomos conhecer a experiência de democracia, de orçamento participativo digital que Madri está implantando, já há dois anos, um belo trabalho que acredito que a Ver.^a Fernanda se referiu, o Podemos lá está implementando. E fomos apresentar e ajudá-los, numa cooperação técnica, a implementar a democracia participativa presencial. E eu ouvi, e possivelmente alguns devem estar pensando isso ou até comentando: “Mas o que Porto Alegre vai lá ensinar se a gente está com tantas dificuldades aqui?” Acho que ainda temos muita coisa da democracia participativa presencial, do orçamento participativo, da rede de conselhos municipais que nós podemos ajudar várias cidades que ainda não atingiram esse nível de instrumentos de participação. Mas com certeza o que mais nós podemos ajudar as cidades neste momento é no que não errar, e isso também é aprendizado, e muito disso foi o que utilizei no nosso debate. Só que Porto Alegre, para o

mundo inteiro, segue sendo a Cidade da democracia participativa, referência para o mundo e inspiração para todos os instrumentos, tanto para os Conselhos Municipais quanto o Orçamento Participativo. E nós ainda somos, nós estamos vivendo um ciclo de dificuldades vinculadas à falta de orçamento na execução das demandas do Orçamento Participativo; na execução das políticas públicas que os Conselhos apontam como o rumo da Cidade, e divergências que sempre houve entre o controle social e o Poder Executivo. Isso não começou em janeiro deste ano. E é preciso – e eu respeito as opiniões de todos – mas é preciso cuidar, porque algumas falas, e aqui eu quero pegar, especificamente, a fala do Prof. Fedozzi, que eu ouvi aqui, do Observatório das Metrôpoles. Inclusive, eu ouvi nessas oportunidades que tive, Prof. Fedozzi, que alguns (Ininteligível.) sociais importantes, que geram opinião, que chegam ao mundo inteiro, e o Observatório da Rede Metrôpolis é um deles, têm prestado um falso serviço a Porto Alegre, de que nós não temos mais Orçamento Participativo na Cidade, de que não existe mais democracia participativa.

(Manifestações fora do microfone.)

O SR. CARLOS SIEGLE DE SOUZA: Isso não é verdade, não é verdade. O senhor é que precisa conhecer o Orçamento Participativo um pouco mais, nunca lhe vi nas reuniões. E já tem alguns anos que eu atuo nessa frente.

Gostaria também de dizer que eu fico muito feliz que o Fórum tenha se auto-organizado. Durante o último período todo, nós fizemos vários esforços para que os atores dos 26 Conselhos, agora 29, se organizassem e mantivessem reuniões periódicas do Fórum. E nós, praticamente, não éramos atendidos, a ponto de, para manter o Fórum funcionando, nós convocávamos os componentes governamentais dos Conselhos para que a gente pudesse tentar chamar os outros conselheiros, outras atividades e nunca tivemos sucesso. E agora o Fórum se auto-organiza e eu acho isso muito bom para a Cidade, independentemente da atuação governamental, que só aconteceu anteriormente porque a sociedade civil não assumiu com o controle do Fórum, e agora ela faz isso.

Também gostaria de lhe dizer, sobre a casa dos Conselhos, que deve ter acontecido algum problema, mas desde já eu me coloco pessoalmente à disposição, porque a informação que eu tenho de lá é de que o que aconteceu com o elevador de

acessibilidade foram dias de manutenção, ele jamais esteve quebrado em nenhum momento. E neste momento, pelo menos, está funcionando e com manutenção permanente.

E, de toda forma, o que nós temos de registro lá é que houve um pedido de reunião do Fórum, e que nós tínhamos uma agenda de uma outra reunião naquele mesmo dia, mas que, bom, a casa pode ser utilizada pela sociedade civil, e é utilizada pela sociedade civil há muito tempo e continua à disposição para que o Fórum possa se reunir, o suporte administração, telefone, Internet, pra que vocês possam ter suporte e autonomia pra trabalhar lá. Obviamente, uma casa histórica como aquela não tem estrutura para comportar os 29 Conselhos Municipais. Com a estrutura que nós temos lá, nós podemos dar suporte para a atuação do Fórum, e esse era o papel que ele cumpria, enquanto o falecido Boa Nova, que foi o último Presidente, era o Presidente do Fórum Municipal. Mas ela está lá à disposição, e nós queremos poder dar o suporte para que o Fórum possa funcionar, tratar das suas pautas e se organizar a partir daquele equipamento.

Peço perdão, Ver.^a Sofia, mas eu preciso, os temas foram muitos, abordá-los, pelo menos em respeito a quem se manifestou aqui.

Sobre o projeto de lei que está aqui. Repito, vou tentar se um pouco mais didático, porque, às vezes, o problema de comunicação, normalmente, é de quem emite a informação, e eu posso não estar sendo claro. Novamente: eu respeito quem utiliza ações e propostas governamentais para estimular a luta política. Eu só acho que nós não podemos prestar um desserviço à sociedade. Eu não conheço o advogado que fez esse parecer do Fórum, mas o parecer é sempre uma interpretação da lei. A nossa Procuradoria, ela tem clareza de que o único papel do que a frase “No que couber cumprir” é para que nós possamos, alguns Conselhos Municipais, que tenham atribuições que vão para além do que a legislação federal define, que nós possamos adequar – são poucos e não muitos casos, mas eles existem. Alguns gestores municipais já foram, inclusive, apontados pelo Judiciário porque não tomaram a decisão, e o no nosso argumento é: “Não tomamos a decisão, porque a lei municipal diz que nós precisamos autorização do Conselho para realizá-la”. O.k. Só que a lei federal diz que naquele assunto específico a responsabilidade não pode ser do Conselho, tem que ser do gestor. E nós podemos – eu me coloco à disposição – nos reunir com a PGM e detalhar quais

são esses casos, quais são esses Conselhos e por que isso aconteceu. O diálogo está aberto, eu estou à disposição, vocês ficarão com o meu telefone.

(Manifestações fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CARLOS SIEGLE DE SOUZA: O debate está posto. E nós estamos à disposição para apresentar esses argumentos.

Gente, nós não achamos que há necessidade de retirada do projeto para que nós possamos conversar. Nós podemos conversar, enquanto o projeto estiver aqui, porque o projeto não está priorizado, não vai pra votação na semana que vem, nós temos espaço para conversar pra que nós possamos mostrar os nossos argumentos. O Fórum pode tirar uma comissão, esta reunião pode tirar uma comissão, e a gente reúne para apresentar. Assim como na mudança de lei complementar, a mesma coisa, alguns Conselhos que têm regulamentação por lei federal, em que a sua deliberação é por quórum simples nos Parlamentos. Essa é a interpretação da nossa Procuradoria sobre isso, de novo, nós podemos sentar e discutir isso.

Olha, eu respeitei a tua fala, o ar de deboche, enfim, da minha explicação, acho que não contribui. Nós estamos respeitosamente aqui fazendo o debate.

Então, eu gostaria, nessa audiência pública, tanto a Frente Parlamentar que vai se criar, quanto ao Fórum de Entidades, de nos colocarmos à disposição. A Secretaria é a que tem a responsabilidade de organizar, de ajudar na organização dos Conselhos Municipais. Problemas pontuais em estrutura, em interlocução de Secretarias com Conselhos não é uma novidade, isso acontece pontualmente em alguns lugares já há algum tempo na Cidade. Quando uma Secretaria não está dando suporte adequado para que o Conselho possa funcionar, não está dando as condições de trabalho, nós lá temos o papel de buscar a conversa com o Secretário, discutir o que está acontecendo e encontrar soluções. Já fizemos isso em diversos Conselhos. O servidor Carlos Simões, que está ali, que é funcionário do quadro da Prefeitura, membro, há muitos anos, de vários Conselhos da Cidade, é o coordenador dessa área na Secretaria, ele está lá para isso, tem feito em vários conselhos em que temos uma interlocução boa e bons trabalhos de (Ininteligível.) estrutura de trabalho em várias Secretarias. Onde temos problemas queremos ajudar o

Fórum a procurar Secretarias, a resolver os problemas e dar as condições para que os Conselhos possam trabalhar.

Com relação a essa lei específica, o diálogo está aberto, nós queremos sentar, mostrar os nossos argumentos, mostrar por que estamos propondo essas autorizações legislativas, sem tirar a independência do Fórum dos Conselhos, obviamente, em deliberar seus caminhos e montar suas estratégias, inclusive usar as estruturas da Prefeitura para que possam se organizar e fazer isso. Muito obrigado, fico à disposição.

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): A audiência tem a dificuldade de ser uma reunião grande, eu tenho certeza de que vocês gostariam de fazer vários contrapontos, mas ela é uma escuta de ambos os lados, e há encaminhamentos a serem tirados. Há uma proposta aqui, não sei se o Fórum vai dar acordo, de reunir o Fórum, a PGM e a Secretaria de Relações Institucionais, responsável pela relação com os Conselhos, para discutir duas questões: primeira, os entendimentos sobre esse projeto; e, segunda – que acho fundamental porque o projeto está sob a nossa guarda, vai ser outro encaminhamento, quero ver se os Vereadores concordam –, a estrutura, a assessoria e a representação do Governo nos diferentes Conselhos e garantia de reuniões. Tem dois casos que aqui nem foram falados, foi levantado pela Clô que o Conselho do Livro e da Leitura sequer se reuniu, que o do Meio Ambiente faz um ano que não se reúne.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Perfeito. A intervenção na estrutura, na representação do Conselho de Meio Ambiente foi denunciada aqui, não foram as entidades, foi o Secretário. O Conselho do Fundeb já denunciou nesta Casa também que eles não têm sequer assessoria e não têm prestação de contas, não têm acesso aos números – o Fundeb é o fundo da educação. O Conselho de Esportes já denunciou para mim que o Governo não indica seus representantes e sequer dá acesso às atas. Então, gente, é muito sério. Eu acho que a gente tem um pente-fino para fazer, há uma disposição do Secretário, independentemente da postura que tem sido clara e nítida do Prefeito sobre o tema da participação, o Secretário está se dispondo a discutir caso a caso. Parece-me que nós temos...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Exatamente.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): O Conselho das Pessoas com Deficiências...

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Seríssimo. Acho que temos que fazer esse levantamento junto com a Câmara. E a Frente Parlamentar vocês mesmos encaminharam, não é? Quem sabe – Ver. Janta, Ver. Marcelo, não está aqui o Airto – a gente prioriza para segunda-feira, na próxima reunião de votação, votar a Frente Parlamentar, para ser um instrumento de interlocução sobre cada um dos Conselhos, porque daí a Frente vai pegando um por um! E vamos fazer o pente-fino: como está? Onde está? Qual a situação? Qual a acessibilidade? Representação do Governo, assessoria? Porque é obrigação do Governo, aqui foi colocado pelo Professor Marcelo, que a democracia tem custo, a democracia precisa de estrutura.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Sim, o Airto Ferronato falou. É só marcar para segunda. Então, como um acompanhamento claro para vocês acompanharem: votar, na segunda-feira, a Frente Parlamentar e, em seguida, começar a fazer a agenda de cada um dos Conselhos.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Isso é a Frente.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Claro, isso aí! Reunião aberta, a Frente marca: “O tema hoje é Conselho do Meio Ambiente”, e está todo mundo convidado! Porque aí nós já vamos limpando o meio de campo e trabalhando. Acho que a Câmara tem essa responsabilidade, e, ao mesmo tempo, o Secretário está se dispondo a fazer a agenda com o Fórum, que independe, vocês definem essa abertura.

Sobre o tema do projeto que altera a Lei Orgânica, o Janta já falou aqui, não passa, 24 votos não passa, mas é bom que vocês trabalhem com todos os Vereadores. Lá na CCJ, que é a Comissão em que o Ver. Janta está, o Ver. Adeli, da nossa Bancada, nos informou, e nós discutimos acumulando isso com ele também, de que foi pedido vista conjuntamente.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Perfeito. Ouviram? É a CCJ tratando de devolver para vocês uma diligência, vai formalmente para o Fórum dos Conselhos e para os Conselhos se manifestar sobre o projeto. Sobre esse tema, vocês estão com uma interlocução privilegiada, sobre o tema da mudança na Lei Orgânica. A nossa primeira meta é, em seguida, instalar a Frente Parlamentar. Vejam vocês: desta vez é a democracia representativa ajudando a garantir a democracia participativa. Se há algo que nós temos que concordar com o Secretário, nós superamos aquele dilema inicial lá no início do Orçamento Participativo, em que a Câmara dizia que era um orçamento diabólico, não sei o quê, nós superamos, agora é hora de a representativa ajudar a segurar, aprofundar, qualificar a democracia participativa, que é conquista desta Cidade, da democracia, tudo o que vocês disseram aqui.

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Mais algum complemento de encaminhamento?

A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER: Proponho a próxima reunião do fórum com a presença do Carlos Nenê, dia 19, que é o dia que nós temos, terça-feira, às 9h na Casa dos Conselhos. Nós solicitamos que tu agendes, então, imediatamente, uma reunião também com o Vice-Prefeito, que é o que foi solicitado.

Convido todos os conselhos municipais para uma reunião no dia 19 de dezembro, às 9h, na Casa dos Conselhos, com a presença do Carlos Nenê.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Com acessibilidade lá!

A SRA. MIRTHA DA ROSA ZENKER: Com certeza.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO: Tem cadeirantes que querem participar.

O SR. CARLOS SIEGLE DE SOUZA: Tem acessibilidade!

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Está aceita a proposta de agenda?

(Manifestação do Sr. Carlos Siegle de Souza fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Está aceita! Dia 19, terça-feira, 9h, está acordada aqui a agenda. Ângela era isto?

(Manifestação fora do microfone. Inaudível.)

A SRA. PRESIDENTE (Sofia Cavedon): Muito bem. Cópias taquigráficas da Audiência já para esta próxima reunião. Tomara que a gente consiga fazer a degravação. Gente, é isso? Parabéns, parabéns, parabéns! Nada mais havendo a tratar, encerro os trabalhos da presente reunião.

(Encerra-se a reunião às 22h50min.)